

EUROPES DES PATRIES: HISTÓRICO DA EXTREMA DIREITA EUROPEIA

Resumo

Em meados dos anos de 1980, mostra-se visível, na Europa ocidental, a ascensão de movimentos e de partidos situados à extrema direita do quadro político, entre os quais torna-se emblemático o *Front National* francês de Jean-Marie Le Pen. Este artigo pretende, primeiro, oferecer um arcabouço conceitual de tal processo político, aplicando-o, em seguida, à periodização e à análise do extremismo de direita europeu no pós-Segunda Guerra; segundo, demonstrar que esse tipo de manifestação política jamais desapareceu por completo do cenário europeu do pós-Segunda Guerra, revelando evidentes, embora episódicos, sinais de vitalidade.

Abstract

By the middle of 1980's, the rise in Western Europe of far-right political parties and movements was visible, with Jean-Marie Le Pen's *Front National* being emblematic. This article is meant, on the one hand, to conceptualize this political branch and explore some elements capable of explaining its presence in the current European juncture; on the other hand, to demonstrate that, historically, this variety of politics has never completely vanished from the European post-World War II scene, revealing evident and episodic signs of vitality throughout the decades.

Carla Brandalise*

1 . Introdução

Quando o *Front National* (Frente Nacional-FN) francês, formação liderada por Jean-Marie Le Pen e classificada como de extrema direita no *spectrum* partidário, obteve uma surpreendente votação nas eleições de junho de 1984 – mais de 2 milhões de eleitores concederam seu voto ao slogan “*Europes des patries*” –, muitos analistas políticos minimizaram o fato.¹ Na ocasião, o sucesso do FN foi considerado efêmero, um alarme falso, dado que o passado histórico da França, com os resquícios ainda latentes do regime de Vichy, havia deixado clara a sua lição. A lembrança mesma da barbárie nazista selaria uma espécie de consenso de refutação à extrema direita. A República francesa estaria, assim, imune a esse gênero do político.²

Depois, todas as consultas eleitorais confirmaram a implantação do FN na sociedade francesa.³ Subestimado outrora, soube adquirir uma estatura nacional e se difundiu no país como uma força política consistente, capaz de renovar e diversificar suas bases sociais. No princípio de 1998, parcela da direita “clássica” considerava

mesmo plausível uma associação eleitoral com o FN⁴, momento em que o então Presidente da França, Jacques Chirac, viu-se constrangido a repudiar esse tipo de acordo, lembrando os “verdadeiros valores da República francesa.”⁵ Longe estavam os primeiros ensaios do partido, quando era impossível ao FN reunir, por exemplo, as quinhentas assinaturas de eleitos locais, necessárias para a apresentação de um candidato à eleição presidencial de 1981.

Rev. Cena Int. 7 (1): 50-82 [2005]

* Doutora em História Política, Institut d'Études Politiques de Paris. Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Carla Brandalise

Inesperadamente, o movimento se autoconsumiu em dezembro de 1998 quando o FN desencadeia o seu aparente suicídio político com o violento confronto interno entre Jean-Marie Le Pen e o seu até então sucessor natural, Bruno Mégret. Este último, com seu estilo nacional-tecnocrático, defendia a efetiva conquista do poder pelo deslocamento do FN para o espaço das direitas tradicionais com a inoculação de uma temática de extrema direita àquelas. Os partidários de Mégret consideravam que a “velha guarda” – composta fundamentalmente dos ex-Indochina, os monarquistas e os católicos tradicionais – representavam um freio à respeitabilidade e à modernidade. O partido, então, se divide e Mégret (o *Nabot-Léon*, segundo o apelido dado por Le Pen) funda a sua própria agremiação, o *Mouvement National-Front National* (MNFN). A sanção popular se manifesta por ocasião das eleições europeias de junho de 1999 – FN: 5,7%; MNFN: 3,3%. Mesmo com 9% do eleitorado francês persistindo em seu voto a formações de extrema direita, a imprensa francesa comemorou o episódio como o fim da era *Front National*, tentando ignorar que as idéias de Le Pen estavam, de fato, acima do próprio Le Pen⁶, dado que os fatores de propulsão e interpelação desses movimentos extremistas não haviam de forma alguma desaparecido, como, por exemplo, a xenofobia, o desemprego e as tensões sociais de conotação étnica.

Beneficiado por uma campanha partidária particularmente virulenta e por uma especial divisão à esquerda, que se apresenta com cinco candidatos, Jean-Marie Le Pen conquista sua passagem ao segundo turno das eleições presidenciais francesas de 2002, junto com Jacques Chirac. Lionel Jospin, deixado para trás, anuncia a sua retirada da vida política. Mesmo sofrendo uma esmagadora derrota no pleito final das eleições presidenciais, a extrema direita demonstrou claramente que as potencialidades políticas dessa corrente foram enterradas rápido demais pelos analistas. Mais do que isso: Le Pen comprovou ter ultrapassado os limites sociológicos tradicionais da extrema direita.⁷

Essa presença eleitoral não se restringe à França, reproduzindo-se em vários países europeus, em alguns de forma ainda marginal, em outros com real representatividade. Em uma Europa ocidental exasperada pelos problemas de suas periferias urbanas, crescimento da insegurança, crise de desestruturação industrial e interrogação de identidades regionais, em que o descrédito da fé universal no progresso das sociedades varreu certezas adquiridas, o FN não constitui uma mera exceção francesa. Entretanto, ela representou até então o modelo mais bem sucedido, servindo como referencial às manifestações congêneres em outras nações. Em nenhum outro país da Europa uma força atual de extrema direita conseguiu se estabelecer em um tal nível de representação eleitoral por tanto tempo. Com o FN, assiste-se, pela primeira vez em um sistema democrático a um verdadeiro enraizamento eleitoral de duração prolongada para um partido com esse perfil doutrinário.

Em tal conjuntura, em que o FN aparece no seu ápice, a proposta central deste artigo é recuperar, pelo seu evidente valor explicativo, a latente e episódica trajetória histórica da extrema direita a partir do pós-Segunda Guerra Mundial europeu, considerada em suas múltiplas variações enquanto formações partidárias relativamente distintas. Uma primeira

Carla Brandalise

parte do artigo destina-se a uma pequena reflexão conceitual a propósito dessa variante do político; uma segunda parte, observa os momentos mais intensos de suas manifestações, dirigindo o enfoque para a fase mais recente, que se magnifica nas duas últimas décadas.

De fato, essa vertente política jamais desapareceu por completo com a derrocada do nazi-fascismo. Muito pelo contrário, já nos primórdios da reestruturação europeia, também o extremismo de direita, com maior ou menor sucesso, recongregava as sua forças. Confrontada com as turbulências que pontualmente sacudiram o continente europeu, a extrema direita mostrou-se atenta e capaz de instrumentalizar tais tensões sóciopolíticas em favor de seu futuro político. Em meio a distúrbios da representação política, quando o sistema em vigor não se mostrava apto a sustentar um bom funcionamento das instituições democráticas, ela revivia ressentimentos e ódios. Prosperava em relação direta com a incapacidade dos partidos tradicionais de propor soluções eficientes às dificuldades dos “deserdados”. Certo é também que, a partir da metade dos anos 1980, a extrema direita obteve um inédito reconhecimento público.

2. Reflexões conceituais acerca da extrema direita

Antes de mapear a trajetória mais visível dessa manifestação política na Europa ocidental nos últimos cinquenta anos, seria interessante precisar um pouco mais esse vago e intensamente mediatizado conceito “extrema direita”. Objetivo árduo, pois além de fazer parte desses termos polissêmicos de difícil apreensão⁸, a própria definição clássica de “direita” e “esquerda” tendeu progressivamente a uma relativa homogeneização, a uma convergência ideológica. Em função de uma certa expectativa comum, na contraposição, entre outros fatores, ao próprio fascismo, os grandes partidos social-democratas e seus adversários da direita liberal ou conservadora acabaram por defender, de formas variadas e com soluções alternativas, valores semelhantes. Há mais de três décadas, junto ao afrouxamento e descaracterização dos princípios de oposição, o que se observa em meio às agremiações partidárias clássicas é o estabelecimento de um conjunto bastante próximo de políticas públicas e de eleição de prioridades: o desenvolvimento da proteção social; a afirmação das classes médias; a universalização das oportunidades; a redistribuição das riquezas pela via de impostos; a promoção do setor terciário; a aceitação das lógicas de mercado, do desaparecimento das medidas protecionistas e do enfraquecimento das margens nacionais de regulamentações econômica e social. Os grandes partidos de governo europeus migraram para o centro do quadro partidário e a esquerda tradicional acabou perdendo terreno de interlocução junto ao operariado, abandonado a uma esquerda mais radical ou à extrema direita.⁹ Da mesma forma, o deslocamento da direita ao centro abriu espaço às direitas periféricas. Nessas circunstâncias, em um movimento perverso, coube de fato aos extremismos marcar a diferença nos momentos, tão freqüentes, de dilaceração do corpo político-social. Assim, parece ser evidente que o sucesso eleitoral recente da extrema direita encontra respaldo em uma aparentemente durável crise dos sistemas políticos tradicionais.

Carla Brandalise

Há algum tempo, ao analisar a emergência de novos atores na cena política, os estudiosos têm procurado levar em consideração as disfunções dos próprios sistemas de partidos enquanto condição essencial à aparição desses competidores recém-chegados. E isso para evitar que a compreensão dos fatores que possibilitam o surgimento e o sucesso de partidos periféricos se mantenha restrita ao quadro de valores ou o universo de atitudes dos eleitores. Nesse ponto, torna-se necessário verificar se os eleitores encontram, em determinado momento, alternativas, escolhas credíveis, satisfatórias e, sobretudo, renovadas em meio às ofertas eleitorais normalmente em cena.¹⁰

Ora, a história recente dos sistemas de partidos europeus ocidentais revela justamente certa carência de renovação, marcada em especial pela tendência de cooperação entre os partidos dominantes, com base em um modelo de democracia consensual. Nesse último quadro encontram-se países como a Noruega, a Dinamarca, a Áustria, a Bélgica, os Países Baixos. No longo período de desenvolvimento econômico e estabilidade social do pós-1945 (os “Trinta Gloriosos”), a busca de compromissos e a formação de coalizões (a exemplo da *Proporzdemokratie* austríaca e do *Consociativismo* italiano) entre os partidos moderados, com vistas à governabilidade e ao controle da excessiva fragmentação política, gerou um certo grau de equilíbrio do sistema. Mas isso se fez às custas de uma saudável alternância. Ainda, a gradual tomada em monopólio do poder em escala nacional, regional e local pelos partidos tradicionais praticamente aboliu a distância necessária entre partido e Estado de governos. Ao popularizar a crítica à inércia dos partidos clássicos e ao se pretender apresentar como a “real” alternativa, a extrema direita soube se beneficiar dessa situação.¹¹ A letargia dos partidos dominantes aparece reforçada aos olhos da opinião pública à medida que as respostas em matéria econômica, política e social formuladas por essas mesmas formações partidárias não se revelam necessariamente convincentes e eficazes. É justamente nesse espaço que a extrema direita procura se imiscuir ao julgar propor um projeto baseado em um novo pacto de solidariedade em torno da “nação” e do “nacionalismo”, com forte exclusivismo sócio-cultural e protecionismo econômico. Torna-se recorrente para a extrema direita o *slogan* da “preferência nacional”; por meio de propostas demagógicas e simplistas difunde-se a idéia de um modelo alternativo de redistribuição da renda e riqueza internas. Em última instância, o critério de acesso aos recursos nacionais seria ditado pela xenofobia.

As dificuldades quanto à determinação de um conjunto de características consensuais na construção do conceito de extrema direita se manifestam já no conteúdo emocional negativo que envolve o fenômeno. A maioria dos partidos e organizações resiste à sua classificação nessa área do político. O próprio FN se intitula “direita nacional, social e popular”, recusando a definição de extrema direita, pois esse termo a associaria abusivamente ao nazismo e ao colaboracionismo.¹² Desde a sua fundação em outubro de 1972, aliás, a organização se define como a única verdadeira detentora dos valores da direita, afirmando o desprezo formal de toda a relação com a ideologia adversária; “ser de direita”, escreve Le Pen, significa “antes de tudo se recusar a ser de esquerda”.¹³

Carla Brandalise

Na evolução do cenário político, além do mais, existe não uma, mas várias extremas direitas na medida em que o termo engloba formações que respondem a exigências contextuais, com inspirações e objetivos diversos, senão contraditórios. Cada expressão extrema direita contém novidades, mas também um fundo histórico cumulativo.

Tomando o caso da França, J. C. Petitfils esclarece que “historicamente, a extrema direita aparece em 1789, ao mesmo tempo que a divisão direita-esquerda. Ela é então constituída de todos que, rejeitando em bloco a Revolução, desejam um retorno praticamente completo ao Antigo Regime.”¹⁴ Essa ordem contra-revolucionária, anti-1789, considera a Revolução como uma punição de Deus, dado que o povo francês falhara na preservação da verdadeira fé cristã. Durante todo o século XIX, com o apoio da igreja católica, ela manteve uma crítica acirrada ao liberalismo republicano, defendendo os liames monarquistas. No fim do século XIX, por ocasião do *Affaire Dreyfus* e o lançamento da Ação Francesa de Charles Maurras – que era antes de tudo um nacionalista –, essa mesma velha direita contra-revolucionária passa por um rejuvenescimento. Por sua vez, os herdeiros da escola maurrasiana servirão em 1940 a um regime que lhes convém, a “Revolução Nacional” do Marechal Pétain.

Nos anos de 1880, surge uma segunda tradição de extrema direita, vinculada a era de massas. O violento ataque ao regime em vigor se faz através de um chefe carismático, o general Boulanger. A intenção não é mais a restauração monárquica, mas a criação de um governo forte baseado no apelo ao povo, fonte de toda a autoridade. Nesse mesmo contexto, sob a tutela de Edouard Drumond, desenvolve-se uma corrente anti-semita, que encontra o seu público preferencial nas fileiras de um catolicismo popular e nos militantes do anticapitalismo provenientes das classes médias urbanas. Acusava-se, então, a República parlamentar de judeu-maçônica.

A partir de 1920, uma terceira tendência se define, o fascismo. O Estado totalitário havia sido esboçado por Mussolini e seus colaboradores. Alguns pequenos grupos franceses o tomam como modelo; os líderes, a exemplo de Pierre Drieu La Rochelle e Robert Brasillach, atacam a democracia na defesa dos regimes autoritários. Nas décadas de 1930-40, por sua vez, a extrema direita francesa torna-se um mosaico complexo, envolvendo “contra-revolucionários da *Action Française*, integristas católicos, populistas das Ligas, obcecados com o anti-semitismo, campeões da “França dos franceses” ou anticomunistas antes de tudo.”¹⁵ Após a Segunda Guerra Mundial, a extrema direita encontrará na perpetuação e readaptação dessas idéias a maior parte de sua inspiração.¹⁶

Na conjugação de um substrato histórico comum, na análise doutrinal e na compreensão do papel desses movimentos no sistema político é possível a identificação de certos traços semelhantes, passíveis de englobar o conjunto díspare numa definição. Sem dúvida, é importante ressaltar que essas formações extremistas apresentam um corpo ideológico fluído e adaptável às circunstâncias do momento, o que, aliás, garante a sua perpetuação ao longo da história.

A extrema direita não é um mero prolongamento radicalizado da direita dita “clássica”, com cuja visão de mundo rompe, rejeitando os valores fundamentais da clivagem direita-

Carla Brandalise

esquerda democráticos, vistos como ideais decadentes. Aspira, ao invés, o desmantelamento do sistema em vigor e a edificação de uma nova ordem com base em seus princípios.¹⁷ Não se reconhecendo necessariamente na sociedade aberta e em suas instituições, deseja um regime autoritário e hierarquizado, com um executivo forte e um chefe carismático. Imagina uma organização social fundada na considerada óbvia e natural desigualdade entre os grupos étnicos,¹⁸ dando origem à instauração do “governo dos melhores”, com o estrito controle da sociedade. Nega os direitos da oposição, as reorientações advindas da vontade da maioria, o debate de idéias. Em busca da homogeneização de comportamentos, cria a figura mítica do inimigo público, ora o judeu, ora o imigrante estrangeiro. Fundamenta, assim, no discurso identitário, no *ethnos*, contra o multiculturalismo, grande parte da sua interpelação ideológica à coletividade. Mostrava-se anticomunista e mais recentemente ataca o “materialismo capitalista” simbolizado pelos Estados Unidos; critica a globalização e a formação da Comunidade Européia.

O extremismo de direita objetiva criar uma sociedade orgânica, supostamente harmônica, distante dos conflitos de classe, promovendo a “restauração” dos costumes, da família, da autoridade paternal e masculina.¹⁹ Concebendo a nação como entidade suprema, a compreensão do que seria o interesse superior dessa última é necessariamente anterior ao exercício das liberdades. O patriotismo é transformado num nacionalismo exacerbado. Apresentando-se em geral como revolucionária, entende assegurar uma identidade perdida no passado, a continuidade com uma época áurea. Ela não se reduz a uma classe ou categoria social, mas atinge um alvo privilegiado, as classes médias baixas, com frequência atingida sobremaneira em períodos de desestruturação social. Atualmente, seu público é ainda mais vasto. Engloba, inclusive, camadas populares que votavam geralmente à esquerda. É possível ainda fazer uma dupla distinção: a extrema direita, na qual os representantes aceitam a competição eleitoral, mesmo que apenas taticamente; a ultradireita, que congrega os grupos avessos a qualquer participação política democrática.

Observando ainda o FN como exemplo dentro da pluralidade da extrema direita deve-se acrescentar que, no fim dos anos 1980, o partido rompeu com as bases mais radicais, importantes em sua organização inicial. Buscando a respeitabilidade, Le Pen se declara democrata, afirma o valor da instituição parlamentar e a designação do chefe do executivo pela nação. Pretende “regenerar” o país com base na Constituição de 1958, revisando-a em termos de um regime presidencialista. Hostiliza, porém, a classe política; busca a recuperação e a purificação da identidade francesa, o que fomenta sua xenofobia. Exalta o culto ao chefe, à ordem e à força; enaltece a vitalidade do corpo. Sustenta a formação de uma elite governativa e de um sindicato nacional despolitizado. Almeja o Estado forte, mas rejeita o estatismo em matéria econômica.²⁰

3. Fases históricas da extrema direita

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, tendências de extrema direita começam a se redelinear, em um contexto histórico naturalmente diferenciado. No desenvolvimento das

Carla Brandalise

novas manifestações, observam-se alguns estágios de evolução, os quais podem ser constatados na análise de países onde a presença das mesmas revelou-se especialmente significativa, como na Alemanha, na Itália e, em certa medida, na França. Para acompanhar esse fenômeno, a periodização proposta por Klaus Von Beyme²¹ parece mostrar-se operacional. Esta propõe três etapas: a fase do imediato pós-guerra; a fase caracterizada por um extremismo de direita do tipo *pujadista*; a fase marcada por ampla crise sócio-econômica, cujos efeitos preponderantes são o desemprego e a xenofobia.

3.1. O imediato pós-guerra

Nos primeiros anos do pós-guerra, o reagrupamento da extrema direita foi mais intenso na Alemanha e na Itália. O controle exercido pelos Aliados na região alemã; a reconstrução e estabilização econômica gerenciada a partir dos anos de 1950; a depuração realizada na Itália pelo próprio governo antifascista italiano e pelo movimento de Resistência sob controle do PCI; a tomada de consciência de boa parcela da população sobre os horrores da guerra dificultara, senão obstaculizara, qualquer possível ameaça de restauração fascista. No entanto, esses acontecimentos não impediram que certa movimentação de um extremismo de direita de relativa importância se fizesse presente, a exemplo do *Deutsche Rechtspartei* (DRP), na Alemanha, e do *Uomo Qualunque* e do Movimento Social Italiano (MSI), na Itália.

A desastrosa situação sócio-econômica alemã após a derrota, marcada pela falta de alimentos e de moradia, com um alto índice de desemprego, revela-se um poderoso fomentador das organizações extremistas de direita novamente fundadas.²² Ignorando os acordos de Postdam, em se estabelecera que “a Alemanha será tratada como uma entidade econômica única e terá tanto quanto possível uniformidade de tratamento”²³, rapidamente chega-se a uma gestão regionalizada, sob o controle individual das potências ocupantes. A nação alemã vivencia uma ampla desorganização em seus parâmetros. Acrescenta-se o descontentamento com a punição dos colaboradores do nacional-socialismo, criticada por aplicar-se duramente sobre os pequenos funcionários, enquanto os escalões mais graduados escapam a condenações pesadas. Uma série de abusos e erros é cometida, a despeito das medidas díspares adotadas nas quatro zonas de ocupação. Os membros das instituições de ensino, por exemplo, sofrem perseguições, enquanto muitos empresários ou quadros do Estado não são interpelados. A insatisfação com o processo geral de “desnazificação” e “reeducação” para a democracia conduzido pelos Aliados é manifestada numa sondagem realizada em agosto de 1948 pelos americanos nas zonas ocidentais: “9% das pessoas interrogadas julgam a ‘desnazificação’ uma chicana dos vencedores, 31% a consideram inútil e mal dirigida, 39% afirmam ser ela necessária mas mal feita, enfim somente 4% a estimam justa e eficaz.”²⁴

A questão dos refugiados agrava o problema. Com a delimitação da “nova” Alemanha pelos Aliados, algumas regiões povoadas há séculos quase que exclusivamente por alemães,

Carla Brandalise

como a Pomerânia e a Prússia oriental, passam ao domínio da Polônia e da União Soviética. A população alemã é expulsa em condições particularmente difíceis, centenas de milhares fogem para finalmente se instalar no “lado oeste”. Em meio a perdas de referências territoriais, ideológicas e de mal-estar social, as formações radicais de direita inspiram sua propaganda na afirmação dos valores nacionalistas, lembrando o sucesso econômico do regime nazista e colocando em dúvida a sua verdadeira culpa no conflito mundial. Através da “política de licenças” dos Aliados, isto é, de uma certa liberdade de reorganização política, multiplicam-se os pequenos grupos. Entre estes, o *Deutsch Rechtspartei*, fundado em 1946, obteve alguns bons resultados nas primeiras eleições ao *Bundestag*, com 5 de seus representantes no parlamento federal. Agindo com prudência, o novo partido procura demonstrar um conservadorismo respeitoso à democracia, mas, na realidade, suas concepções se distanciam muito pouco da doutrina nazista, inclusive no que diz respeito ao anti-semitismo.

Nesses mesmos anos, incentivados pela própria tensão Leste-Oeste, medidas para sanear a economia alemã são tomadas pelos Aliados, a exemplo do Plano Marshall, em 1947, e da reforma monetária, em 1948, que retiram o país da grave crise já no início dos anos 1950. As excepcionais condições econômicas que se seguiram tornam possível a crescente satisfação dos interesses de parte substancial da comunidade alemã, a exemplo da ajuda financeira e estrutural às classes médias e do aperfeiçoamento e expansão do sistema de benefícios sociais. De 1950 a 1956, a República Federal vê seu produto nacional bruto progredir a uma cadência de 9% ao ano.²⁵ A situação criou uma ampla legitimidade em torno do poder constituído e a integração de forças críticas ao sistema, onde a maioria daqueles que haviam trabalhado para a máquina estatal nazista voltaram aos seus empregos públicos em melhores condições de trabalho. As próprias elites dirigentes do Terceiro Reich retomaram, desde 1955, os postos de comando. Nesse ano, 100% dos generais, 50% dos altos funcionários, 33% dos responsáveis econômicos ocupam as mesmas funções que ocupavam entre 1940 e 1944. Na nova década, o número dos que ainda se consideravam vítimas da “desnazificação” se restringiu a menos de 5% e se manteve nesse patamar até o começo dos anos 1960.

Outro fator fundamental para o descrédito da extrema direita foi a consolidação política da coligação conservadora CDU (*Christliche Demokratische Union*)-CSU (*Christliche Soziale Union*), à qual em 1949 é confiada a direção do governo federal. A CDU fora formada ainda no período da resistência. Como diretriz, um certo número de seus militantes assumira o compromisso de constituir na Alemanha liberada uma organização que seria reservada não mais estritamente aos católicos, mas interconfessional. Por sua vez, a CSU era um partido independente ligado à defesa da autonomia da Baviera. Na prosperidade agora instaurada, os valores defendidos pela extrema direita mostram-se desacreditados, como a apologia do *Reich*, do princípio do líder carismático e absoluto, da nação militarizada e do senso de sacrifício. Já a coligação, com suas figuras de integração (como o pai do “Milagre Econômico”, Ludwig Erhard²⁶) e seu pragmatismo (prioridade à reconstrução, busca do bem-estar coletivo

Carla Brandalise

pelo aumento dos bens materiais e de consumo), encontra grande receptividade junto à população. Em 1957, a extrema direita deixa de ser representada no *Budestag*, dissuadida pela lei eleitoral de julho que estabelecia uma margem mínima de 5 % dos votos para a obtenção de uma vaga de deputado.²⁷

Ao contrário da Alemanha, subjugada em termos políticos, a Itália manteve o essencial de sua soberania interna graças à inversão de alianças de 1943. Em seguida, a Resistência – uma das mais combativas e reprimidas da Europa – permitiu um distanciamento suficiente do nazi-fascismo, bem como garantiu o estatuto da Itália nas negociações de paz. A própria depuração não foi, como no caso alemão, efetuada pelos Aliados e sim pelos antifascistas italianos, o que a revestiu de maior eficácia e também de exacerbada violência. O país encontrava-se, porém, devastado. A indústria, obsoleta após anos de protecionismo fascista, enfrentava problemas para se adaptar aos tempos de paz. Mesmo assim, as circunstâncias mostraram-se favoráveis à reconstrução italiana. Como nos anos críticos do primeiro pós-guerra, a Itália faz largo uso do capital americano. Contribuem ainda os enormes recursos de mão-de-obra do sul que se deslocam em massa às indústrias do norte, e a descoberta de uma fonte de energia a preço reduzido. A despeito dos pesados desequilíbrios regionais, o crescimento econômico do país atinge um ritmo jamais registrado. Politicamente, a Itália atinge uma fase de estabilidade com a “era Gaspari”, que expulsa os comunistas do governo em 1947 e fixa eleições para abril de 1948. Chamado a escolher entre a Democracia Cristã (Dc) e uma aliança social-comunista, o país concede ampla margem ao partido católico (48,5 % dos votos). A Dc atravessa em diagonal toda a sociedade italiana. Como afirma Sérgio Romano, “nas suas fileiras ela reúne moderados de origem liberal, oportunistas, católicos democráticos, católicos integristas e, enfim, massas populares que respondem docilmente às indicações da Igreja.”²⁸ Desde o fim dos anos 1940, Gaspari não hesita em fazer do anticomunismo o elemento primordial de solidariedade em torno ao seu governo. A Dc se manterá sem maiores sobressaltos no poder até meados de 1960.

De qualquer forma, tais condições não impediram o reagrupamento dos “herdeiros espirituais” da República de Saló. Em dezembro de 1946, foi fundado o Movimento Social Italiano (MSI) por iniciativa de jovens ex-combatentes da fase final do governo Mussolini, a exemplo de Giorgio Almirante, que atuara como editor do diário fascista **Tevere**. Nessa iniciativa, foram sustentados pelos antigos dignatários do regime deposto. O MSI apresenta-se como o único movimento a conservar os princípios do fascismo segundo a versão elaborada no manifesto-programa de 1944, por ocasião do I Congresso do Partido Fascista Republicano, ou seja, a recuperar as concepções do “fascismo movimento.”²⁹ a tendência revolucionária, a defesa da socialização, o desprezo pelo leque democracia, comunismo, capitalismo, burguesia. A negação do ideário do “fascismo regime”, ocorre a partir da leitura feita pelos jovens fundadores. Segundo esta, a última forma de fascismo, enquanto uma impostação burguesa, clerical, moderada e conservadora, seria responsável pela sua própria destruição.³⁰

Carla Brandalise

Em seus primeiros tempos, o MSI viu-se obrigado a dividir espaço com outras organizações temporariamente fortalecidas, como a *Uomo Qualunque*, criada pelo jornalista Guglielmo Giannini, que obteve 5,3% dos votos em 1946 para a Assembléia Constituinte, ou seja, 30 cadeiras em 556. Subsidiada por certos meios bancários inquietos com a ascensão da esquerda e reagrupando sobretudo funcionários do sul, o movimento fazia apelo ao ressentimento das vítimas da depuração e ao desejo da pequena burguesia em obter melhores condições de vida. Através de campanhas difamatórias, classificava o Estado democrático como decadente. Sucesso de curta duração. Melhor estruturado, logo em seguida o MSI praticamente monopoliza as inclinações extremistas. Mantendo até meados de 1951 uma postura intransigente, o MSI beneficia-se da indulgência dos elementos reacionários da Democracia Cristã, os quais acreditavam ser necessária a presença de uma força de intervenção anticomunista não oficialmente reconhecida.

A sobrevivência do MSI no sistema político do pós-guerra exigia, no entanto, a legítima adesão à participação partidária, longe de comportamentos clandestinos e violentos. O movimento passa então a invocar o passado com cautela. A presença territorial do partido já permitia a apresentação de candidatos próprios em todas as circunscrições eleitorais. A intenção era consolidar o MSI na arena parlamentar, aliando-se aos monarquistas e aos liberais para formar um governo de União Nacional. Tal estratégia provoca um sensível crescimento nas eleições de maio de 1953 (1.500.000 de votos e 29 deputados).³¹ Por fim, as alas mais radicais, inconformadas com os rumos da organização, provocam algumas cisões que deterioram a potencialidade do partido.

Por sua vez, na França, onde a extrema direita ocupou uma posição não desprezível na fase da Ocupação, essa vertente política sofre, no imediato pós-guerra, uma forte retração. Fenômeno devido, sobretudo, à depuração extrajudiciária, à perda de seus líderes maiores e à hostilidade pública quanto aos seus princípios. O fato de a França ter saído dividida, porém vitoriosa, da guerra, permitiu uma crítica contundente à extrema.direita, condenada por ter se instalado em Vichy, proporcionado a esse regime uma tonalidade específica e fornecido inúmeros colaboradores aos inimigos. Tendo a aventura autoritária terminado, as lideranças da extrema direita foram julgadas como traidoras e punidas.³² Reduzida a seus próprios círculos clandestinos, a extrema direita toma como bandeira de união e sobrevivência a memória acusatória da depuração, com a apologia de seus mártires. O culto à derrota era capaz não somente, segundo Jean-Pierre Rioux, de “reunir fervorosamente vichystas mal inocentados, fanáticos retardatários da ‘nova ordem’ e tradicionalistas desorientados, mas também provocar a adesão, nessa piedade cultivada, de jovens que substituíam seus pais com toda a impunidade ideológica e sem nenhuma sanção histórica.”³³ Os novos ideais ultrapassam a defesa dos velhos temas, como o culto ao chefe, o corporativismo pré-industrial, a xenofobia, o anticomunismo. Trata-se agora de promover a “renovação nacional”, a ação clandestina, as operações físicas e intelectuais de “comando”. A ação concreta resta, no entanto, marginal e minoritária.

Carla Brandalise

3.2 Extremismo de direita do tipo *pujadista*

A segunda fase de emergência da extrema direita, retomando a periodização estabelecida por Klaus Von Beyme, caracteriza-se por um recrudescimento momentâneo dessa vertente sob a predominância de um modelo específico, o *pujadismo* francês. Genericamente, o mesmo representa “uma reação contra a possível perda de status dos grupos da pequena burguesia” e, como tal, “era latente em muitos países europeus.”³⁴

A aceleração das mudanças econômicas e o aumento da pressão fiscal desencadeiam na França, no princípio dos anos de 1950, um vasto movimento de contestação das classes médias, sobretudo entre artesões, pequenos comerciantes e pequenos produtores agrícolas. Para agrupar os descontentes, foi fundada, em 1953, a União de Defesa dos Comerciantes e Artesões (UDCA) sob a liderança de Pierre Poujade.³⁵ A rápida difusão da UDCA, bem como o seu caráter antifiscal, respondem a uma situação conjuntural específica. Durante os anos de penúria e inflação da guerra e do imediato pós-guerra expandira-se o número de pequenos negócios comerciais. A partir de 1950-52, com a retomada do desenvolvimento econômico, se faz sentir a concorrência das grandes lojas de departamentos com sucursais múltiplas. O próprio sistema fiscal, além de se tornar mais pesado, aperfeiçoa seus métodos de controle e de repressão a fraudes. As zonas rurais arcaicas e suas cidadelas são especialmente afetadas, constituindo o público preferencial da União. J. P. Rioux analisa a natureza da nova organização: “é preciso interpretá-la como uma dessas irrupções da velha revolta dos ‘pequenos’ contra os ‘grandes’ que se exprime em gritos violentos (...), a mobilização dos retardatários e dos rejeitados que sonham em manter a estrutura tradicional da economia francesa.”³⁶ Longe, portanto, dos investimentos maciços, da concentração de capital e do consumo em larga escala e do lucro rápido. Em sua cruzada, Poujade defende a perspectiva corporativista e exprime uma visão dual do mundo. De um lado, os “franceses honestos” e solidamente enraizados que almejam apenas viver dos frutos do seu trabalho; de outro, os “trustes apátridas e os políticos corruptos” que não reconhecem os interesses do país.

Lançando-se politicamente na campanha eleitoral de 1955, seu momento de apogeu, a União acusa a esquerda de utilizar a miséria do povo para fins políticos e a direita de pactuar com os grandes grupos financeiros e com o patronato explorador. Por fim, o governo em vigor é responsabilizado por pilhar os fundos públicos e por liquidar com o Império francês. A formação assume-se como anticapitalista, antiparlamentar e contra o dirigismo burocrático. Parcela dos militantes não hesita em utilizar a violência e a perturbar as reuniões públicas dos adversários. Mesmo sem um programa coerente, a UDCA ataca as instituições da IV República e apóia a “Argélia francesa”; seu discurso incorpora um acirrado anticomunismo e anti-semitismo. A União alarga as suas bases, atrai nostálgicos da colaboração e novos nacionalistas radicais como o jovem Jean-Marie Le Pen.³⁷ Ao mesmo tempo, estreita relações com os reacionários de **Alger**. Poujade assume o papel temporário de congregador das tendências de extrema direita.

Carla Brandalise

Em janeiro de 1956, os candidatos UDCA estão presentes em 82 departamentos, conquistando 2.600.000 eleitores e 51 deputados, 65% dos quais são artesões e comerciantes. Revelando seu caráter, o movimento obtém um fraco desempenho nas grandes cidades e nas regiões em expansão no norte e leste da França. Servidores públicos, profissionais liberais, empresários, operários ignoram a União. A votação concentra-se nas zonas do *Midi* e do interior do oeste. Após o episódico sucesso, o *pujadismo* não sobrevive às divisões e rupturas que se seguem. Da mesma forma, o advento de Charles De Gaulle, em 1958, capta a seu favor o nacionalismo e as tendências autoritárias de parte da opinião pública francesa. A conclusão da guerra da Argélia, enfim, marca o refluxo da extrema direita francesa.³⁸

Na Alemanha dos anos 1960, as bases político-ideológicas estabelecidas pela coalizão no poder sob a liderança do chanceler Adenauer (CDU-CSU) sofrem forte contestação. A dura fase consagrada inteiramente à reconstrução do país havia sido superada de forma favorável. Um quadro diferenciado de aspirações sociais se faz sentir. Novas liberdades e novos direitos vinham de encontro aos valores baseados na austeridade e no “esquecimento” consentido do regime nazista. Era preciso enfrentar o passado. Os jovens esperam se desembaraçar do moralismo da geração precedente pelo alargamento da democracia e pela afirmação resoluta contra os estigmas do sistema totalitário. A crise de confiança em relação à Democracia Cristã, que provoca enfim a demissão de Adenauer em 1963, trazia consigo a exigência da reconquista ou da redescoberta de uma identidade nacional sadia. A extrema direita encontra justamente no debate sobre a questão nacional um alento de expansão.

A potencialidade da extrema direita alemã recuara a partir da segunda metade dos anos 1950. Nesses novos tempos, intelectuais extremistas elaboram uma estratégia moral e ideológica alternativa, estabelecendo as bases para construir um outro partido. A ocasião apresenta-se na viva controvérsia surgida com a publicação em 1962 do livro de David L. Hoggan, **A Guerra Forçada (*Der Erzwungene Krieg*)**, obra revisionista, na qual o autor rejeita a tese da culpa exclusiva da Alemanha nacional-socialista no desencadeamento da Segunda Guerra Mundial, denunciando a Polônia e a Grã-Bretanha como as principais responsáveis. A nova avaliação das causas da guerra provoca a reabilitação de certos valores, como a defesa da ordem e da organização militar enquanto modelos para a sociedade, a rejeição do liberalismo transnacional, a procura da identidade nacional nos diversos *Reich* e o violento anticomunismo. Em torno da popularidade de Hoggan, congregam-se círculos, partidos e organizações fundando o *Nationaldemokratische Partei Deutschlands* (NPD), tendo o veterano *Deutsche Rechtspartei* (DRP) atuação decisiva. A direção do partido recém-criado é amplamente composta de antigos membros do DRP. Nesse conglomerado, as diversas formações julgam manter sua autonomia e tomam como objetivo imediato as eleições ao *Bundestag* de 1965. No programa partidário reivindica-se “o retorno à Alemanha dos territórios perdidos a leste; o restabelecimento da honra do soldado alemão; a construção de um Estado forte; o primado do coletivo sobre o individual; a revisão da História; a imposição de ideais educativos novos à juventude.”³⁹ Tentando manter uma certa moderação

Carla Brandalise

discursiva a fim de evitar a clandestinidade, o NPD procura aumentar suas bases eleitorais envolvendo uma clientela pequeno-burguesa. Profissões de racismo e de anti-semitismo são eliminadas, mas incorpora-se a defesa do esquecimento do passado e a anistia geral, a eliminação da luta de classes, o apoio aos interesses das classes médias, a limitação da imigração estrangeira. Em 1967, o partido dispõe de 30 mil adeptos.

Dois outros decisivos fatores atuam na nova propulsão da direita extremista na Alemanha. Primeiro, com o fim da era Adenauer, os democrata-cristãos reagem formando uma coalizão com os social-democratas do SPD. O espaço político de contestação se reduz e transfere-se para fora da arena parlamentar, favorecendo os *extremos*.⁴⁰ Segundo, a economia alemã enfrenta um período de refluxo em meados dos anos 60, elemento conjuntural que fornece a tônica dos adeptos de última hora à extrema direita. Conforme Pierre Milza, “encontra-se neste partido, em maioria, os representantes dos pequenos proprietários rurais, membros das classes médias e profissionais liberais, operários qualificados e pequenos empresários, em outros termos, indivíduos ameaçados pelas transformações recentes da economia alemã.”⁴¹ Após a expansão, entre 1953 e 1963, a RFA entrara em uma fase de crescimento moderado. A indústria não pode mais dispor da ampla reserva de mão-de-obra, tendo o movimento de refugiados se esgotado e o crescimento natural da população diminuído. Torna-se premente a convocação de trabalhadores estrangeiros. Turcos, italianos, iugoslavos e gregos formam a grande maioria. A figura ameaçadora do imigrante é prontamente incorporada no discurso da direita extremista.

Ao mesmo tempo, as empresas devem adaptar-se à entrada em vigor do Mercado Comum. A implantação de grandes empresas americanas modifica as condições de concorrência. O processo de concentração desbanca os pequenos negócios. Alguns setores superam as dificuldades, outras enfrentam grave crise, como a mineração, a siderurgia, a construção naval, o setor têxtil. As medidas visando o saneamento da economia provocam recessão, baixam a produção e triplicam o desemprego em 1966. Os camponeses, por sua vez, insistem na manutenção dos privilégios e das subvenções. A “economia social de mercado” de Erhard é abandonada em favor de uma planificação de despesas e investimentos já em 1965-66. A partir de 1968 ocorre uma vigorosa retomada industrial e agrícola, a extrema direita observa uma parte considerável do seu público recentemente adquirido abandonar suas fileiras. A própria coalizão dos partidos democratas se desloca de forma preferencial à direita do *spectrum* político. Nas eleições de setembro de 1969, o NPD obtém menos de 4% dos votos, insuficientes para uma representação no *Bundestag*.⁴²

Na Itália, por mais de uma década, o MSI encontrara-se dividido em várias facções, pautado por uma rivalidade que enfraquecia irremediavelmente o partido. Durante esses anos, a organização permanece à margem do sistema político, malgrado os esforços para creditar-se como uma organização responsável, nacionalista e pró-sistema.⁴³ Após a derrota de 1960, o MSI perdera, inclusive, o monopólio da representação de extrema direita, com o desenvolvimento de grupos independentes, de jovens radicais.

Carla Brandalise

Entre 1968 e 1974, o MSI alcança uma nova e passageira fase de sucesso eleitoral, em que “a crise da Democracia Cristã, as dificuldades econômicas de algumas áreas do país, as tensões sociais e a violência política parecem fornecer possibilidades e iniciativas ao partido.”⁴⁴ Além disso, o impasse em que se encontra o MSI começa a ser superado com a mudança de liderança ocorrida no princípio de 1969. Através de um plebiscito, Giorgio Almirante é reconduzido à direção do movimento. Eleição significativa, pois o novo líder era o mais forte opositor à antiga administração conservadora e adversário tenaz da estratégia então dominante de aproximação com a Democracia Cristã. Almirante realiza uma série de inovações, como a reestruturação interna do partido, a renovação dos quadros e, sobretudo, a reafirmação ideológica. Aspira-se à hegemonização de toda a área da direita moderada e radical. Para tanto, atenuam-se os contornos discursivos mais nostálgicos com declarações favoráveis aos métodos democráticos. O MSI se apresenta no momento das eleições como o partido da ordem e da disciplina, única opção séria às instituições partidárias governamentais. Ao mesmo tempo, em uma estratégia dupla, o movimento reforça seu núcleo duro ideológico, assumindo o papel de grande defensor da sociedade italiana contra o inimigo máximo, o comunismo. Opta-se pelo uso da violência, sob a justificativa da defesa dos “valores morais do Ocidente”. Trata-se de uma ofensiva contra-revolucionária baseada na utilização de milícias com sentido missionário.

Os acontecimentos são, então, benéficos ao MSI. Após uma certa estabilidade política entre 1963 e 1968, a Democracia Cristã é confrontada a um movimento contestatório, onde se questiona a própria organização da sociedade em seu conjunto. Durante sua vigência, o governo de Aldo Moro fora obrigado a enfrentar, sem grandes sucessos, dois obstáculos de peso: em primeiro lugar, a desaceleração do crescimento da economia; em segundo, as crises sociais engendradas pelas rápidas transformações da Itália. A época do milagre econômico foi também o período em que o país sofreu profundas desfigurações. Especulação imobiliária desenfreada, aumento excessivo das migrações internas, transferência da mão-de-obra da agricultura para a indústria, do Sul para o Norte. Crescimento desigual, onde a porção meridional do país permanece pouco desenvolvida; declínio do papel da agricultura na economia em favor da nova vaga de concentração industrial. Constituição de um novo proletariado, ainda marcado pela origem rural e receptivo ao discurso da extrema esquerda. Nessa situação conturbada, um espaço abre-se aos grupos que assumem a defesa da ordem tradicional. O MSI torna-se, momentaneamente, o intérprete daqueles setores afetados de alguma forma pela mobilização e pela contestação social. Nas eleições gerais de 1972, o movimento obtém 8,7% (3 milhões de votos, 56 deputados e 26 senadores) do sufrágio nacional, com forte representação em Roma (18%) e nas regiões do sul mais abandonadas pelo poder público. A maioria do eleitorado compõe-se de empregados do comércio e pequenos funcionários.

O triunfo político não ameniza, no entanto, as verdadeiras dificuldades do partido. O MSI é vítima de sua própria duplicidade, qual seja, a tentativa de conciliar a atenuação da identidade fascista através da inserção partidária democrática e a manutenção do contato

Carla Brandalise

com as bases militantes radicais. Logo a direção do MSI perde o controle dessas alas extremistas. Com a formação de um Governo de Solidariedade Nacional, entre 1976 e 1979, e a definição do arco constitucional de partidos, o MSI é excluído das relações políticas parlamentares. A organização entra em refluxo, seu eleitorado estabiliza-se em torno de 5 a 6% (5,1% nas legislativas de 1979 e 6,4% nas européias de 1984).⁴⁵

3.3. Os tempos recentes

Por fim, conforme a periodização de Von Beyme, uma terceira fase de ascensão de um extremismo de direita na Europa ocidental “foi causado pelo desemprego e a xenofobia no fim de um longo período de prosperidade”⁴⁶ O autor aponta o FN de Le Pen como o exemplo mais significativo desse fenômeno.

Em meados de 1980 assiste-se a uma nova onda de propagação da direita extrema. De fato, na França o fenômeno assumiu contornos mais definidos, mas esteve também presente com maior ou menor intensidade em vários países. Todos esses movimentos, a despeito das importantes especificidades nacionais e, mesmo regionais, apresentam em comum a hostilidade aos estrangeiros e respondem a uma deterioração das relações sócio-econômicas. Mesmo na Suíça, às vezes apresentada como modelo de tolerância social, alguns partidos basearam suas campanhas no cego combate à imigração, como os Democratas suíços de Rudolf Keller e o Partido da Liberdade. Ambos se opuseram às leis anti-racistas votadas em 1994. Até a União Democrática de Christoph Blocher, que não se enquadra na extrema direita, sustenta um discurso xenófobo.⁴⁷ Nos países escandinavos, tidos historicamente como voltados à integração dos imigrantes, surgem organizações com esse perfil. O Partido Progressista norueguês (*Fremskrittspartiet*), dirigido por Carl I. Hagen, atingiu 12% e 6 eleitos nas municipais de 1995;⁴⁸ em 1997 obteve 20% nas eleições legislativas, combatendo os direitos concedidos aos *Lapons*. Nas eleições de setembro de 2001, conquista 14,7% dos votos e se impõe como terceira grande força nacional atrás dos Trabalhistas e Conservadores. Na Dinamarca, o líder Pia Kjaersgaard soube aproveitar a insatisfação crescente em relação ao governo social-democrata, no poder desde 1993, e obteve para o seu partido, o *Dansk Folkeparti*, 12% dos votos nas legislativas de novembro de 2001.⁴⁹

A Bélgica, marcada por suas fronteiras lingüísticas, observou o agravamento da rivalidade entre *flamands* e *wallons*. O *Vlaams Blok* (VB), partido de extrema direita fundado em 1978, fez dessa cisão o argumento central de sua campanha. Segundo o presidente da formação, Franck Vanhecke, “os *wallons* roubam a nossa prosperidade e os nossos empregos, nos sabotam deliberadamente, vivem às nossas custas e mordem em seguida a mão que os alimentou; eles não merecem mais a nossa solidariedade.”⁵⁰ Como solução, o líder prega a independência da região de Flandres, fixando a capital em Bruxelas. O VB ataca com a mesma ferocidade os cerca de 780.000 não-europeus que vivem no país, provenientes sobretudo do Marrocos, da Turquia e da África meridional. Utiliza para tanto a formula

Carla Brandalise

clássica imigração/desemprego/insegurança. O programa do partido prevê a expulsão dos clandestinos, dos criminosos e dos imigrantes não-europeus desempregados há mais de três meses. Já os imigrantes que trabalham legalmente seriam desencorajados a permanecer no país através de medidas como a diminuição da assistência social e familiar. Em paralelo, seria criada uma separação em matéria de ensino nas escolas, objetivando uma melhor adaptação das crianças no seu retorno à pátria de origem. Quanto à liberdade de culto, o Islã deveria ser excluído por ser antagônico à cultura da Bélgica e da Europa.

A partir das eleições de novembro de 1991, o VB entra para o Parlamento e torna-se um coadjuvante no equilíbrio político do país. O partido progride de 2% dos votos em 1987 para 8% em 1991. Seus eleitores são essencialmente indivíduos das classes médias, sobretudo pequenos comerciantes; também atrai operários. Nas legislativas de maio de 1995, a formação obtém 12%, em especial na região *flamande*, onde, aliás, o número de imigrantes é bem menor em relação ao conjunto da população belga. Em Antuérpia, seu grande reduto, a votação atinge 28%, cidade que elegia como deputado desde 1978, o antigo líder do VB, Karel Dillen.⁵¹ Em março de 2000, o Vlaams Blok obtém uma nova e não negligenciável vitória nas eleições municipais da cidade de Antuérpia, com 33% dos votos. Demonstrando sua consolidação, em maio de 2003, nas eleições gerais o VB é contemplado com 11,6% do sufrágio e 18 cadeiras no *Kamer*, tendo na região de Flandres obtido 18,1% dos votos. Nas eleições europeias de 2004, o VB atinge 14,3% dos votos.⁵²

A Inglaterra, por sua vez, foi o primeiro país da Europa do pós-guerra a testemunhar atos de xenofobia. Já em 1958, a violência racial passa a ser uma questão política em decorrência dos ataques de alguns jovens em Londres e em Nottingham contra trabalhadores de Trinidad. Essa primazia se reproduz no desenvolvimento prematuro de uma formação de extrema direita empregando um discurso e um programa abertamente racistas. Criado em 1967, o *National Front* (NF) não chega, entretanto, a se impor plenamente nem mesmo ao longo de vários anos. Nas eleições de 1976, sua votação total atinge menos de 1%, mas em algumas localidades o partido supera essa marca: Leicester (18,5%); Bradford (12,3%). Em 1978, o NF se desestrutura e, por décadas, nenhuma organização pareceu alcançar algum sucesso eleitoral.

Segundo argumentação de Didier Lapeyronnie, particularidades da Inglaterra inviabilizariam o desenvolvimento da extrema direita: sua insularidade permitiria um melhor controle de fronteiras, as leis de aquisição da cidadania e de permissão de residência estariam entre as mais severas da Europa, o bipartidarismo com a alternância monopolizada do poder entre conservadores e trabalhistas a protegeria de extremismos visíveis, existiria um precoce consenso dos dois grandes partidos sobre a restrição da imigração. Mas, para o autor, acima de tudo, estaria a relação que o governo estabelece com suas comunidades de imigrantes. Em território inglês não se teria por objetivo, como na França, a integração, “a inserção individual sobre a base de uma ‘privatização’ de identidades culturais.” A Inglaterra, ao contrário, recusaria a assimilação. Ao contrário, defende que “a preservação da identidade cultural pode levar à idéia de igualdade na separação.”⁵³ Não pretenderia, dessa maneira,

Carla Brandalise

transformar forçosamente os imigrantes em “ingleses” em nome do reconhecimento de diferenças identitárias irreconciliáveis.

Contrariando em certa medida essa perspectiva otimista, volta a aparecer na Inglaterra uma extrema direita com algum grau de visibilidade, o *British National Party* (BNP). Liderado por Nick Griffin, o partido obtém 3 conselheiros municipais na grande periferia de Manchester nas eleições locais de maio de 2002. Griffin adotou como estratégia a remodelagem de seu movimento afastando-o de conotações e imagens de grupo neonazista, a fim de capitalizar as tensões raciais que eclodiram em 2001 na forma de violentos conflitos em Oldham e Burnley.⁵⁴ Confirmando seu relativo apelo público, em junho de 2004, o BNP conquista 3 cadeiras em Epping Forest e 4 em Bradford. Na mesma ocasião, para o escrutínio europeu, garante 4,9% dos votos.⁵⁵

Na Itália e na Áustria uma etapa mais avançada foi atingida na medida em que as direitas extremistas chegaram à participação de governo. Na Áustria, Jörg Haider fez do *Freiheitliche Partei Österreichs* (FPÖ) o mais importante partido de extrema direita da Europa em termos de votos proporcionais, ao atingir cerca de um milhão de eleitores. Cultivando uma xenofobia virulenta, o líder não hesitava em classificar os *ex-Waffen. SS* de “gente honesta, que dá provas de caráter e que tem a coragem de se manter fiéis às suas convicções até hoje, mesmo remando contra a maré.”⁵⁶ Haider denunciava os “velhos” partidos, a corrupção, a burocracia. Hostilizava os trabalhadores imigrados e as minorias não-austríacas. Além disso, seu discurso alimentava-se da reação de parcela da população frente à chegada dos refugiados do Leste europeu. Os resultados do FPÖ surpreenderam. Em maio de 1989, Haider é eleito governador da Caríntia com 29% dos votos, liderando uma coalizão regional com o Partido Conservador Austríaco (ÖVP). O sucesso é mantido no país: 17% nas eleições legislativas de 1990; 23% nas legislativas de 1994; 27,6% nas europeias de 1996; 26,7% nas legislativas de 1999. Em fevereiro de 2000, o partido participa na constituição da nova coalizão de governo *schwarz-blau* ÖVP-FPÖ sob a direção do chanceler conservador Wolfgang Schüssel, obtendo ministérios. Frente às pressões da opinião pública interna como externa e aos próprios conflitos vividos pela coalizão, a aliança é rompida em setembro de 2002. As eleições antecipadas, convocadas para novembro de 2002, anunciam o declínio nacional do FPÖ, que obtém 10,2%.⁵⁷

No final dos anos 1980, após décadas de governo Democrata Cristão e Socialista, o sistema partidário italiano degenerara em um conjunto clientelista, onde “grande parte da riqueza nacional foi desviada para permitir aos partidos financiar suas organizações e suas campanhas eleitorais, distribuir favores políticos, recompensar os amigos, estender e consolidar seus poderes.”⁵⁸ Reflexo da situação, a Itália encontra dificuldades econômicas ainda maiores para enfrentar os novos desafios da concorrência internacional. Como resultado do desejo de mudanças que se difunde no país, criam-se ou reestruturam-se forças políticas alternativas ao quadro tradicional. Na Itália do norte tomam forma movimentos regionais e autonomistas. A Liga Lombarda de Umberto Bossi elege, em 1987, dois

Carla Brandalise

representantes ao parlamento. Em termos de propaganda, banaliza o sentimento xenófobo. A figura do outro, entretanto, é a do próprio compatriota do *Mezzogiorno*, com quem se recusa a dividir dos recursos nacionais.⁵⁹

Por outro lado, o contexto criado permite que o Partido Comunista passe a desempenhar o papel de organização partidária isenta. Até aquele momento, se mantivera distante das instâncias governamentais. Reconvertendo-se em Partido Democrático da Esquerda (PDs), sua votação torna-se significativa, sobretudo na Itália central e meridional. Na contraposição ao avanço do PDs, toma novo fôlego o já veterano MSI, agora sob a direção de Gianfranco Fini. O partido fará uma reestréia fulgurante no cenário político, demonstrando a sua força latente. Nas eleições de 1993, atinge 16,4% dos votos nacionais; nas cidades de Roma e Nápoles, Fini e Alessandra Mussolini (neta do *Duce*) obtém respectivamente 46,9% e 44,3% da votação.

Na emergência política do empresário Silvio Berlusconi, forma-se a *Forza Italiana*, que inscreve nos seus quadros o MSI e a Liga do Norte. Eleito Berlusconi no pleito de março de 1994, a Itália torna-se o primeiro país da Europa a contar com ministros neofascistas em um governo do pós-guerra (5 ministros e 12 secretários de Estado). Essa ascensão ao poder permite também a participação nos Conselhos europeus. Em meio aos rumos favoráveis, Fini transforma o MSI em *Allianza Nazionale* (AN). A pretensão era alterar a imagem pública do partido atenuando a herança fascista. Para tanto, promove-se a exclusão dos velhos dirigentes mais comprometidos do ponto de vista histórico-ideológico.⁶⁰ Em suas declarações, Fini tenta explicar o caráter supostamente renovado do partido: “Nós não somos fascistas, nem antifascistas, nem neofascistas, mas pós-fascistas.”⁶¹ Por ocasião das eleições legislativas de 1996, obtém sólidos 15,7% dos votos. Em maio de 2001, a AN reúne 12% dos votos e 99 cadeiras na *Camera dei Deputati*; nas eleições europeias de junho de 2004, o partido recolhe 11,5% do total da votação.⁶²

Após alguns anos de atuação marginal, a extrema direita alemã adquire uma súbita visibilidade com o *Republikaner* (REPs). O partido fora fundado em 1983, mas sua emergência se deve à tenacidade de Franz Schönhuber, um ex-SS que assume a presidência da organização em 1985. O líder afirma o respeito à Constituição, renega a ideologia nazista e defende a Reunificação. Rejeita, entretanto, a CEE, pois esta desviaria a RFA da outra Alemanha, além de favorecer a imigração turca pela ação do Mercado Comum. O partido ainda condena a corrupção, as drogas, o islã turco, os refugiados do Leste.⁶³ Nas eleições europeias de 1989, o REPs atinge 7,1% dos votos, no mesmo ano conquista 7,5% no pleito para o Senado. O nível de votação do partido se mantém até 1993 (8,3% nas municipais). Controlado pela polícia e reprimido em suas manifestações racistas, o REPs perde espaço para uma gama de formações extremistas, reforçadas ou surgidas em função das sérias dificuldades sociais de adaptação à realidade “pós-muro”.

O fosso econômico e psicológico que dificulta a convivência entre os alemães do leste e do oeste agrava a prévia escalada de violência e faz aumentar a hostilidade contra os cerca de 7 milhões de estrangeiros que vivem na Alemanha. Em 1992, foram registrados

Carla Brandalise

2.276 atentados, com 17 mortes. Contabilizou-se 82 organizações de extrema direita, com um número provável de militantes entre 40 a 65 mil, dentre os quais 3 mil neonazistas.⁶⁴ Tabus do pós-guerra são rompidos e temas banidos restaurados, como o da “pureza do sangue alemão”. Os responsáveis pelos atentados, geralmente jovens entre 16 e 21 anos, parecem realizar na prática o que parcela da população incentiva pelo silêncio. A pesquisa efetuada pelo Instituto *Sinus Stadie*, a partir da análise de atitudes de longa duração, constata a permanência, na Alemanha, de atitudes xenófobas e anti-semitas em 10 a 20% da sociedade. Por que esse sentimento não se traduz na consolidação interna de uma organização partidária como o FN de Le Pen? O escritor Lothar Baier ensaia uma resposta : “esses partidos existem e em certos momentos souberam atrair votos. Mas jamais conseguiram se unir para formar um movimento coerente. Nenhum dos líderes soube se impor como chefe e congregador, contrariamente ao que soube fazer Le Pen. Depois que seu movimento saiu da sombra, no começo dos anos 1980, ele permaneceu como líder incontestado”.⁶⁵

Perplexos, ao longo dos anos e com muita dificuldade, os analistas políticos franceses vêm tentando chegar a um consenso sobre as circunstâncias que teriam promovido o sólido estabelecimento e o sucesso continuado do FN, tornando-o particular no contexto europeu. Para o cientista político, Pierre Martin, talvez a questão deva ser reportada ao fato de que na França, mas também na Bélgica e na Áustria, a criação de “inimigos públicos”, como o judeu, obteve amplo apoio, sem jamais ter sido verdadeiramente deslegitimada, como o foi na Alemanha: “desenvolveu-se, a partir de 1945, um discurso segundo o qual toda a responsabilidade da política racista francesa repousava sobre as autoridades alemãs.” A figura de um novo alvo discriminatório – o trabalhador estrangeiro – pode, assim, surgir com certa impunidade e alimentar o FN.⁶⁶

O historiador René Rémond considera que a singularidade do FN resulta em parte da diferença de sistemas políticos. O multipartidarismo francês incita cada tendência a formar um partido independente, enquanto na maior parte dos outros países o regime eleitoral é restritivo, obrigando a coabitação: “os extremos existem da mesma forma, mas a sua visibilidade é ocultada pela integração em uma coalizão.”⁶⁷ O que intriga Rémond é, antes, entender como a França pode produzir a perenização do FN na medida em que no passado foi o país europeu a receber e assimilar o maior número de estrangeiros, transformando-os rapidamente em cidadãos como os demais.⁶⁸ Trata-se de tentar explicar “a presença de uma forte direita na pátria dos direitos do homem.” As respostas fornecidas pelo historiador são várias. Primeira: como foi na França que surgiu uma organização política inspirada no Iluminismo, nada mais normal que a própria contra-revolução se desenvolva no mesmo ambiente. Ao longo da história esta bipolaridade teria se confirmado. Segunda: os franceses estariam menos imunizados contra movimentos autoritários, pois não vivenciaram, como a Itália e a Alemanha, regimes de ordem totalitária e de exclusão sistemática. A terceira e última explicação, no entanto, é a que parece dar melhor margem de reflexão. A construção histórica da nação francesa teria sido feita pela violenta submissão

Carla Brandalise

dos particularismos provinciais. Em decorrência, a identidade nacional repousa desde sempre na sólida unidade, mesmo na unicidade. No momento, a França estaria sendo chamada a confrontar justamente a reivindicação da diferença. Essa noção, para alguns, parece ameaçar a cultura francesa. Promover o multiculturalismo, preservando a identidade cultural dos imigrados e das minorias, se revelaria de difícil discernimento.⁶⁹

O historiador Jacques Julliard concorda com Rémond de que é ilusória a caracterização do FN como uma mera exceção francesa, pois numa configuração política como a alemã ou inglesa, o lepenismo seria menos aparente, integrado no aparato dos partidos tradicionais. Na Inglaterra, a parte mais extremista do Partido Conservador não estaria muito distante das idéias do FN em relação à imigração e na Alemanha. Sobre esse tema, “o Chanceler Kohl tomou posições que o enviariam na França ao inferno do *Front National*.”⁷⁰

Pierre Bourdieu denuncia a política de alianças e de legitimação dos temas do FN, efetivada pelos líderes da direita parlamentar ao longo dos anos,⁷¹ mas também a incapacidade do conjunto dos partidos tradicionais de elaborar um acordo explícito sobre a imigração e o racismo. Bourdieu lembra como a questão do estatuto que a França concede aos estrangeiros ou os projetos relativos à situação dos mesmos foram assuntos praticamente excluídos dos debates políticos entre os candidatos à eleição presidencial de 1995: “Não é necessário ser *grand cleric* para descobrir nesse silêncio, e mesmo nos discursos, que eles não têm grande coisa a opor ao discurso xenófobo, o qual, há anos, atua no sentido de transformar em ódio a desesperança da sociedade.”⁷²

Por fim, o cientista político Pascal Perrineau argumenta que “a sociedade francesa, ao contrário de suas vizinhas européias, tomou consciência tardiamente, mas com forte intensidade, da durabilidade da crise econômica e social.” Coadunaria-se o fato de que durante toda a década de 1970, os partidos tanto de esquerda quanto de direita não formularam nenhuma “pedagogia da crise”. Justamente nos anos 1982-1983, a opinião pública teria despertado frente à dimensão das mudanças estruturais em curso, quando há mais de dez anos o fenômeno estava presente. Ao mesmo tempo, a vitória da esquerda em 1981, baseada em um programa de transformações radicais, suscitara grandes expectativas. O impasse do “socialismo à francesa” provocara vivas reações e frustrações. A direita clássica, mal recuperada da derrota, demoniza a esquerda, acusando-a de “marxização” da sociedade. Esta mesma direita vai, então, banalizar o binômio imigração/insegurança. O caminho estaria aberto para a legitimação das idéias e dos homens de extrema direita. Em 1984, assiste-se à emergência eleitoral do FN, conclui Perrineau.⁷³

Nos anos de reconstrução e de desenvolvimento da economia européia do pós-Segunda Guerra Mundial, a maior parte dos países industrializados fez amplo uso de trabalhadores imigrados como solução parcial para estimular o crescimento interno, visando a minimizar as pressões inflacionárias e a controlar a flutuação conjuntural de emprego. Após a crise do petróleo de 1973 e as dificuldades econômicas subseqüentes, os governos reavaliaram a pertinência de suas políticas de imigração.⁷⁴ No geral, pretendeu-se a não-

Carla Brandalise

renovação do visto de trabalho. O objetivo era o de que os imigrados voltassem aos seus países de origem. Dada a situação econômica ainda pior nesses países, a maioria dos imigrantes resistiu ao repatriamento; ao mesmo tempo, os constrangimentos políticos tornavam sua expulsão brutal impossível. Para uma parte considerável foi concedida a possibilidade de permanência, mas não de cidadania, ou seja, de legítima integração no país. Face a pressões internas, esses imigrantes puderam, inclusive, trazer seus familiares.

Entre 1945 e 1973, o tema da imigração na França não assume maior relevância no debate político. A partir de 1974, a questão torna-se recorrente e permeia as primeiras tentativas de estabelecer uma política de assimilação para alguns e de repatriamento para outros. Em 1977, um acordo é negociado com a Argélia, que prevê a volta de 500.000 argelianos em 5 anos.

A chegada ao poder da esquerda, em 1981, marca uma virada na política de imigração, menos hostil aos estrangeiros já presentes no país: a idéia de retorno é abandonada; regulariza-se os clandestinos; associações de imigrantes são autorizadas; instaura-se uma “licença de permanência” única.⁷⁵ O FN, após quase uma década de existência minúscula, passa a fazer forte oposição a essas medidas. Afirma seu crescimento impondo a idéia da “defesa da nação francesa contra a invasão estrangeira” ou ainda “os franceses antes de tudo”. Alvo privilegiado, o imigrante da África meridional e do Magreb, com sua cultura muçulmana; “só os estrangeiros de origem europeia, geralmente católicos, são assimiláveis”. Quanto ao judeu, “este é o inimigo interior que tem por objetivo dissolver a nação.”⁷⁶

A Inglaterra, por sua vez, tem em torno de 3,2 milhões de pessoas pertencentes a minorias étnicas. Cerca de um milhão são muçulmanos, em geral indianos e paquistanês. Chegados nos anos 1950 do sub-continentes indiano, eles possuem a cidadania britânica. Pela lei de 1949, todos os indivíduos da Commonwealth e das colônias eram considerados membros da Coroa. Após um ano de residência no Reino Unido, adquiria-se a nacionalidade, incluindo as vantagens sociais e o direito ao voto. O término da fácil prosperidade econômica provoca duras mudanças legislativas. Em 1971, o Partido Conservador introduz a noção de *patriality*: para dispor dos mesmos direitos do que os ingleses é preciso nascer na Grã-Bretanha ou ter um dos progenitores nascido no país. A grande Lei de 1981, votada no governo Thatcher e posta em vigor em 1983, consolidava e aprofundava as dificuldades. O direito de residência era reservado agora aos *patrials*: somente aos que residiam ou haviam nascido em solo britânico antes de 1983.⁷⁷ Hoje em dia, é tarefa árdua transformar-se em cidadão britânico ou mesmo obter um visto de longa duração.

Na Alemanha Federal, suspendeu-se qualquer introdução de trabalhadores imigrados a partir de novembro de 1973. A relação com os estrangeiros residentes remete em muito à própria forma como o país se concebe enquanto nação: o conjunto dos alemães forma um “ethnos”, um grupo fundado sobre critérios inatos, herdados, e não um “demos”, um grupo construído sobre valores comuns adquiridos. Trata-se, bem entendido, de uma concepção étnica de nação, que nos seus desvios interpretativos pode patrocinar excessos

Carla Brandalise

racistas. A aquisição da cidadania está diretamente vinculada ao “direito de sangue” e não ao “direito de solo”.

Vítimas imediatas de tal pressuposto são os 1,8 milhões de turcos estabelecidos no oeste da Alemanha, que compõem em Berlim a maior comunidade turca vivendo no exterior (cerca de 140 mil pessoas). Chamados nos anos 1960 por uma indústria florescente, apenas uma parcela ínfima conseguiu se naturalizar. O problema torna-se mais grave quando se refere à segunda geração, nascida, escolarizada e que não conhece outra realidade além da alemã. Uma série de pressupostos é exigida na aquisição da cidadania: dez anos de permanência no território, crença na ordem democrático-liberal, honorabilidade nos seus princípios pessoais. Em todo o caso, a nacionalidade é, enfim, concedida apenas se a candidatura for considerada interessante à Alemanha. Na porção leste do país, em 1991, residia 120 mil trabalhadores vietnamitas e moçambicanos, vindos a título de cooperação entre “países irmãos”. Atingidos em prioridade pela onda de desemprego e violência, os mesmos desencadearam um amplo repatriamento.⁷⁸

Agravando a situação geral, em fins da década de 1970, o Terceiro Mundo enfrenta um movimento de refugiados sem precedentes, seja pelo agravamento dos seus conflitos internos, seja pela deterioração de suas economias. Mesmo tendo a maior parte se acomodado nessa porção do planeta, os países ricos da Europa Ocidental também foram atingidos pela migração global, “no momento exato em que os tempos difíceis levam os países de acolhida a fechar suas portas e onde as conseqüências da pesada utilização de trabalhadores imigrados provocaram a ascensão da xenofobia.”⁷⁹

Por outro lado, a queda do comunismo soviético e a abertura do leste europeu – além de provocar uma crise quanto às soluções político-ideológicas de esquerda, contribuindo para a legitimação de fórmulas à extrema direita – liberou um certo contingente populacional que até então vivia confinado. O fator acentua a pressão migratória e reforça o temor dos europeus ocidentais de que, se ações governamentais enérgicas não fossem tomadas a fim de regularizar tais correntes de deslocamentos populacionais, o continente seria invadido por uma massa incontrolável. Em termos de recepção desses contingentes, a Alemanha foi especialmente contemplada na medida em que possuía, desde 1949, a mais liberal legislação europeia sobre direito de asilo, reflexo das seqüelas do regime nazista. A peculiaridade fez com que o país recebesse um número considerável de indivíduos proveniente de países do Leste. Ao longo de 1992, por exemplo, foram acolhidas 110.943 vítimas da guerra da Iugoslávia, quatro vezes mais do que a França. Na totalidade, naquele mesmo ano, entraram 450 mil pessoas na Alemanha em condição de exílio, quantidade semelhante ao conjunto recebido pelo restante da Europa. Após longos meses de discussão, em novembro de 1992, um acordo político modificou a legislação, restringindo o direito de asilo.⁸⁰

Na verdade, respondendo, entre outros elementos, às próprias restrições governamentais, o número de imigrantes no continente europeu, nas últimas décadas, manteve-se relativamente estável. Em maio de 1974, avaliava-se em 8 milhões a população ativa

Carla Brandalise

estrangeira (CEE, Suíça, Áustria, Suécia, Noruega) e em 14 milhões o número de imigrantes, incluindo a família. Eram 9% na Alemanha Federal, 8% na França, 7,2% na Bélgica, 3,2% nos Países Baixos.⁸¹ Estudos realizados pela *Eurostat* para o ano de 1991, calculavam em 10 milhões os estrangeiros ativos na CEE num conjunto de 343 milhões de habitantes.⁸²

Esses dados demonstram que os imigrantes, em geral na categoria dos mais desprovidos, sofrem sobremaneira os reflexos de uma Europa em recessão, pontuada por níveis relevantes de desemprego, pelo enfraquecimento sistemático da legislação social e pelas constantes falhas do Estado-Nação em seu papel fundamental de regulador de conflitos e fomentador de compromissos políticos. Assiste-se, assim, ao ressurgimento de ideologias raciais.

Como demonstra Pierre-André Taguieff em sua obra acerca da evolução das idéias racistas⁸³, na base do sentimento xenófobo atual encontra-se uma nova interpretação do racismo. No século XIX, a discriminação racial se caracterizou na Europa a partir de dois pólos de identificação: um racismo interior, basicamente contra os judeus; um racismo exterior, dirigido prioritariamente às populações das colônias. Tratava-se de um racismo universalista, que não aceitava a diferença. No final do século XX, as manifestações racistas visam, antes, os imigrados e seus descendentes. A novidade essencial estaria na emergência do racismo ‘diferencialista’, aquele que absolutiza o valor intrínseco da diferença. Essa formulação encontraria suas origens justamente na deturpação de teorias antropológicas e culturalistas elaboradas inclusive para combater o racismo. Tais análises, a exemplo das reflexões de Lévis-Strauss, autorizam o relativismo cultural, a valorização da diversidade de culturas sem hierarquizá-las. Para o novo racismo, a incomensurabilidade de culturas torna-se um fato evidente e uma norma positiva. A rejeição ao “outro” é metamorfoseada em direito à diferença intergrupar. No discurso da extrema direita, a oposição a assimilação dos imigrados se justifica na celebração da disparidade cultural e de raças. Em nome do respeito às identidades nacionais, elabora-se um discurso eficaz de marginalização social. As populações de imigrantes, pelo “bem comum”, devem buscar suas origens no repatriamento. Nota-se como o argumento se traduz na retórica lepeniana, por exemplo:

Há uma multiplicidade de raças e de culturas no mundo e existe hoje uma espécie de corrente utópica...que defende uma globalização visando a estabelecer sobre o nosso planeta um nivelamento pela base, uma mestiçagem generalizada, destinada a reduzir definitivamente as diferenças que existem entre os homens e, em particular, as diferenças raciais. Isto é de uma estupidez condenável, porque as raças, na sua diversidade, foram criadas por Deus e por esse fato certamente tem sua razão de ser...Então que cada entidade deseje naturalmente se perpetuar e marcar suas diferenças! É verdade para os homens como o é para os cães.⁸⁴

Esse racismo considera que o grupo alvo deve ser necessariamente segregado e excluído porque atua na dissolução da homogeneidade cultural e social do conjunto privilegiado. Sobretudo, nega-se a miscigenação, vista como degradante e aviltante na medida em que “destrói a ordem natural das raças”.⁸⁵

Carla Brandalise

4. Conclusão

Enfim, quando se observa a evolução da extrema direita no Pós-Segunda Guerra europeu é possível detectar a regularidade de sua ascensão no cenário político, mas também a relativa fraqueza de seus meios de perpetuação. Até o momento, a gama dessas organizações não conseguiu ditar suas leis à sociedade, nem adquiriu uma vocação governamental continuada. Porém, elas atuaram no sentido de fomentar conflitos, sem fornecer qualquer solução plausível ou aceitável.

Mesmo que tributária de conjunturas político-econômicas específicas, a presença episódica da direita extremista na Europa revela algo mais profundo, isto é, a sobrevivência de uma cultura política fortemente autoritária, com suas fórmulas intolerantes, sua bagagem de nacionalismo excessivo e seu discurso racista. Essa cultura, ainda que minoritária, perpassa as gerações e garante a fixação de seu núcleo duro. Elementos a favorecer sua continuidade encontram-se em vários componentes da realidade social: o conservadorismo e os arcaísmos sentimentais que parcela da sociedade cultiva como forma artificial de reforçar sua própria identidade; até há pouco, a visibilidade construída de um mundo comunista ameaçando o Ocidente cristão; as acelerações da modernidade descompassando um mais rígido modo de vida; o fascínio pelos homens providenciais; o espírito de revanche contra as decepções cotidianas.

Não existe, efetivamente, um fator único de explicação para o intermitente sucesso da extrema direita. Talvez, no entanto, o “medo” possa sintetizar a questão fundamental que congrega seu público de base. Temor na percepção inquieta do avenir, no ceticismo quanto às respostas habituais da política tradicional, na recorrente sensação de anomia. A extrema direita consegue justamente criar o “hiperbolismo” desse mal-estar social. De qualquer forma, não se deve jamais subestimar os perigos que emanam desse tipo de movimento.

Notas

- ¹ Uma interessante retrospectiva sobre a evolução do FN pode ser acompanhada por meio dos vários números do DOSSIER THÉMATIQUE DE PRESSE: L'EXTRÊME-DROITE EN EUROPE. Paris: Public INFO-Bibliothèque Publique d'Information, Centre Georges Pompidou.
- ² A questão, porém, não deixava de provocar um certo desconforto, como demonstra a análise de Alain-Gérard Slama: “*La République, aujourd’hui, n’a plus vingt ans. Il semble que rien ne puisse l’atteindre. Et pourtant, quand on repère, le nombre de groupuscules activistes voire franchement nazis, qui attendent leur heure dans l’ombre, on frémit à la pensée qu’un homme comme Jean-Marie Le Pen trouve encore les alibis moraux dont il a besoin pour réunir quarante ans après, autant d’intentions de vote. N’avons-nous à ce point rien appris?*” SLAMA, Alain-Gérard, **Le Point**, 28/5/1984, p. 15.
- ³ O FN, nas eleições regionais de fevereiro de 1998, obteve 15,19% dos votos na França metropolitana, mantendo a média dos últimos pleitos. Nas eleições presidenciais de 1995, contou com 15,27% da votação, 4,5 milhões de eleitores (em Estrasburgo somaram-se 24% dos votos). Nas legislativas de maio de 1997 atingiu cerca de 15%, com 3,8 milhões de votos. Em meados de 1998, o partido se mantinha em praticamente um quarto das circunscrições. Em face desses resultados, o FN dispunha

Carla Brandalise

- de certo grau de influência política, chegando, em determinadas circunstâncias, a ter ascendência na vitória ou derrota da direita republicana. Cf. **Le Monde** e **Le Nouvel Observateur**, edições de fevereiro e de agosto de 1998.
- ⁴ A direita republicana (encarnada nesse momento pelo Rassemblement pour la République – RPR – e a Union pour la démocratie française – UDF), em meio a dificuldades internas de renovação de sua estrutura e de seus quadros, bem como de atualização de suas idéias, confronta-se com cerca de 15% de votos transferidos implacavelmente para o FN. Processo este que transforma o RPR e a UDF em constantes candidatos à derrota.
- ⁵ O Presidente Jacques Chirac, que prudentemente resguardara-se na campanha das regionais de 1998, observando a derrota em seu próprio bastião eleitoral (a grande região da capital do país), dirigiu-se à nação com o propósito de condenar o FN, classificando-o de “racista e xenófobo”.
- ⁶ Jean-Marie Le Pen parece conhecer seu eleitorado: “*Les cinq mamelles à l’origine de notre essor sont toujours là: le chômage, la corruption, le fiscalisme, l’immigration et l’insécurité. Alors je ne m’arrêterai qu’avec la mort*”. E acrescenta: “*Les peuples sont comme les chiens: ils ne vont pas vers ceux qui n’aiment qu’eux-mêmes.*” LE PEN, Jean-Marie, **Le Nouvel Observateur**, 12-18/3/1999, p. 84.
- ⁷ **L’Express en ligne: dossier présidentiel 2002**. No primeiro turno (21/4/2002), o FN obtém 16,9% dos votos e o *Mouvement national républicain*, de Mégret, 2,3%. Le Pen obtém 17,8% e 5.525.000 votos em 5/5/2002, quando da votação do segundo turno.
- ⁷ Alguns especialistas preferem nem mesmo considerá-la como uma expressão “categorizante”, como Pierre-André Taguieff: “*Elle a le sens que lui donne, en chaque occurrence, son utilisateur, en relation avec une intention polémique [...] L’étiquette d’extrême droite s’applique à la quasi-totalité des phénomènes politiques et idéologiques qu’il est convenable, selon le système des valeurs partagé par les libéraux, les sociaux-démocrates et les communistes, de stigmatiser et de condamner. Instrument d’illégitimation d’un adversaire [...] et non pas instrument de connaissance, terme polémique e non pas terme conceptuel.*” TAGUIEFF, Pierre-André. **Sur la Nouvelle Droite: jalons d’une analyse critique**. Paris: Descartes et Cie, 1994, p. 314.
- ⁸ VON BEYME, Klaus. The concept of political class: a new dimension of research on elites?, **West European Politics**, v. 19, n. 1, jan. 1996, London, p. 68-87.
- ⁹ Ver HAUSS, Charles; RAVSIDE, David. The Development of New Political Parties, In: MAISEL, Louis; COOPER, Joseph (org). **Political Parties: Development and Decay**. Beverly Hills: Sage, 1978; LIJPHART, Arendt. Typologies of Democratic Systems, **Comparative Political Studies**, v. 1, n. 1, Apr. 1968, Washington, p. 3-44; LIJPHART, Arendt. Changement et continuité dans la théorie consociative, **Revue internationale de politique comparée**, v. 4, n. 3, Louvain-la-Neuve, p. 679-697.
- ¹⁰ EVANS, Jocelyn A.; IVALDI, Gilles. Les dynamiques électorales de l’extrême-droite européenne, **Revue politique et parlementaire**, n. 1019, juil.-août 2002, Lyon, p. 67-83. Segundo EVANS, J. A. e IVALDI, G. (Quand la crise du consensus profite à l’extrême-droite. **Le Figaro**, Paris, 18-19/5/2002): “*L’extrême-droite est un symptôme de la crise des démocraties de consensus en Europe. Cette crise est d’autant plus accrue que le modèle de coopération entre les élites politiques a été institutionnalisé.*”
- ¹¹ Nas palavras de Le Pen, “*L’extrême-droite, le mot est équivoque dans la mesure où il comporte le mot extrême. Nos adversaires confondent volontairement, et dans l’intention de tromper, une position géographique sur l’échiquier politique avec une position d’extrémisme politique. Or notre philosophie, notre principe d’action et notre programme ne sont pas extrémistes et par conséquent nous occupons la place qui est libre.*”. LE PEN, J.- M. Pour une vraie révolution française, **National-Hebdo**, n. 62, 29 sept. 1985.

Carla Brandalise

- ¹² *Ibid.* O **National-Hebdo**, semanário oficial do FN, reproduz desde 1984 o ponto de vista oficial do partido. Com posições hostis à comunidade judaica, sustentando teses “negacionistas” pelas crônicas do jornalista François Brigneau, um dos papéis centrais do jornal é tentar congregiar os diversos grupos de extrema direita. A despeito dos aportes de seus colaboradores, o centro da ortodoxia frontista se reduz fundamentalmente às produções oral e escrita de Le Pen.
- ¹³ PETITFILS, Jean-Christian. **L'extrême-droite en France**. 3. ed. Paris: PUF, 1995, p. 4.
- ¹⁴ WINOCK, Michel. **Histoire de l'extrême-droite en France**. Paris: Seuil, 1994, p. 11.
- ¹⁵ Segundo Jean-Yves Camus, o “*FN fédère plusieurs traditions idéologiques: celles – vivaces parmi ses cadres mais peu suivies par son électorat – de la contre-révolution, des fascismes français et de la Révolution nationale et celle – majoritaires parmi ses électeurs – de la droite plébiscitaire et populiste.*” CAMUS, Jean-Yves. **Le Front National**. Paris: Essencial, 1998, p. 4.
- ¹⁶ De acordo com Ariane Chebel d'Appollonia : “*Cet aspect la différencie de la droite classique, libérale ou conservatrice, qui accepte en grande partie les changements acquis ou qui souhaite introduire des réformes sans pour autant avoir de visées révolutionnaires.*” D'APPOLLONIA, Ariane Chebel. **L'extrême-droite en France: de Maurras à Le Pen**. Paris: Complexe, 1996, p. 12
- ¹⁷ Na visão de mundo do líder do FN, o “*mouvement égalitariste (...) [E]st à mon avis critiquable parce que c'est masquer la réalité, or elle est fondamentalement inégalitaire; cela dit, il y a des inégalités qui sont des justices et des égalités qui sont des injustices. Nous sommes pour la justice et non pas pour l'égalité. Le thème de l'égalité nous paraît décadent.*” LE PEN, J.-M. **Les français d'abord**. Carrère: Lafont, 1984, p. 183.
- ¹⁸ Assim se define J.-M. Le Pen quanto à diferença entre os sexos: “*Nous souffrons...en ce qui concerne les femmes, de la démagogie qui est pratiquée par l'ensemble des partis. Il n'est pas facile de dire à une femme: 'Pour sauver nos sociétés et notre avenir, notre vie individuelle et collective, il faut que les femmes aient des enfants, qu'elles acceptent que ces enfants servent éventuellement et peut-être meurent pour défendre la liberté de la patrie.' Il faut qu'il y ait une autorité et nous pensons que l'autorité la plus qualifiée dans un ménage c'est celle de l'homme.*” Le Pen citado por TAGUIEFF, Pierre-André. *Métaphysique de J. M. Le Pen*, In: MAYER, Nonna; PERRINEAU, Pascal (eds.). **Le Front National à découvert**. Paris: Presses de Sciences Po, 1996, p. 176.
- ¹⁹ MILZA, Pierre. *Le Front national: droite extrême...ou national-populisme?*, In: SIRINELLI, Jean-François (ed.). **Histoires des droites en France**, v. 1. Paris: Gallimard, 1992.
- ²⁰ BYEME, Klaus von. *Right-Wing Extremism in Post-War Europe*, **West European Politics**, v. 11, n. 2, London, Apr. 1988, p. 8-13.
- ²¹ De acordo com Henri Burgelin, a “*production industrielle en 1947 atteint 39% de celle de 1936 et, pendant l'hiver de crise 1946-1947, la population urbaine doit survivre avec environ 800 calories par jour. En Rhénanie, 12% des enfants ont un poids normal, à Hambourg, 100 000 personnes sont atteintes d'un oedème de la faim [...] Le nombre de chômeur fin 1948 760 000, fin 1949 1,56 million.*” BURGELIN, Henri. **La société allemande, 1871-1968**. Paris: Arthaud, 1969, p. 63.
- ²² Citado por DREYFUS, François-George. **L'Allemagne contemporaine, 1815-1990**. Paris: PUF, 1991, p. 164: “*Mais, il n'y a pas d'administration allemande, en raison du veto formel prononcé par la France qui ne veut pas voir rétablir un Etat allemand trop puissant.*”
- ²³ Citado por MOREAU, Patrick. **Les héritiers du III Reich: l'extrême droite allemande de 1945 à nos jours**. Paris: Seuil, Paris, 1994, p. 20.
- ²⁴ O crescimento da economia alemã obedece a múltiplas causas, entre elas: 1) o fluxo de refugiados e o êxodo rural incide sobre a evolução das populações industriais e de serviços que passou de 16 a 24

- milhões entre 1946 e 1966; 2) entre 1949 e 1955, a parte dos salários na produção social caiu de 42,2% a 40,6%, reconvertendo-se em investimentos gerais; 3) a organização notável da produção, decorrente do impacto da política industrial nacional-socialista e da influência norte-americana; 4) o interesse no desenvolvimento das exportações. DREYFUS, F. G., *op.cit.*, p. 177-185.
- 25 Ministro da Economia de 1949 a 1963, Ludwig Erhard adota a “economia social de mercado”, doutrina formulada pela “Escola de Friburgo”, que rejeita a planificação e o dirigismo. Baseia-se na idéia de que o liberalismo organizado favorece a iniciativa industrial e a livre concorrência, no quadro de uma ação do Estado visando a criar as condições de um crescimento equilibrado. POIDEVIN, Raymond ; SCHIRMANN, Sylvain. **Histoire de l’Allemagne**. Paris: Hatier, 1992, p. 330.
- 26 EATWELL, Roger. Neo-fascism in Germany, In: **Fascism: a History**. London: Chatto & Windus, 1995, p. 216-238.
- 27 ROMANO, Sergio. **Histoire de l’Italie du Risorgimento à nos jours**. Paris: Seuil, 1977, p. 238. Ver também BARBAGALLO, Francesco (ed). **Storia dell’Italia Repubblicana**, v. 10. Torino: Einaudi, 1994; GAMBINO, Antonio. **Storia del Dopoguerra: dalla Liberazione al Potere DE**. Roma/Bari: Laterza, 1988.
- 28 Pierre Milza reconhece a existência de etapas temporais do “fascismo genérico”, as quais exigem um atento exame a fim de compreender certas contradições internas do fenômeno; em largos traços: 1º) Reação das classes médias em face de uma nova realidade socioeconômica crítica, a fase do “fascismo-movimento”; 2º) Aliança para a conquista do poder entre os grandes interesses privados e a pequena burguesia; 3º) Ascensão do fascismo ao poder; 4º) Estabelecimento do totalitarismo, o qual atinge a sua plenitude somente na Alemanha. Estas três últimas fases constituem o “fascismo-regime”. MILZA, Pierre. **Les Fascismes**. Paris: Seuil, 1991, p. 57-166.
- 29 A explícita declaração de fidelidade ao fascismo aparece, por exemplo, num artigo publicado pelo MSI em agosto de 1947 na revista **Rivolta Ideale**: “*Si siamo fascisti; ma quei fascisti che si sono battuti per dare all’Italia una legislazione sociale e sindacale, siamo i fascisti dei contratti collettivi di lavoro riconosciuti come leggi, dei sindacati concepiti come libere associazioni di lavoratori democraticamente organizzati [...] siamo i fasciste che si sono battuti per la partecipazione dei lavoratori alla gestione e agli utili delle imprese.*” Justamente, na opinião de Mario Caciagli, além da defesa de um Estado forte, fundamentado na hierarquia, disciplina e obediência, bem como de uma Itália respeitada no mundo inteiro, “*the strongest element of continuity with Fascist ideology is probably the idea of corporate state.*” CACIAGLI, Mario. The Movimento Sociale Italiano-Destra Nazionale and Neo-Fascism in Italy *apud* BYEME, Klaus von, *op. cit.*, p. 27.
- 30 IGNAZI, Piero. **Postfascisti? Dal Movimento Sociale Italiano ad Alleanza Nazionale**. Bolonha: Mulino, 1994, p. 25.
- 31 Ver ROUSSO, Henry. **La syndrome de Vichy de 1944 à nos jours**. Paris: Seuil, 1987.
- 32 RIOUX, Jean-Pierre. **Des clandestins aux activistes (1945-1965)**, In: WINOCK, Michel, *op. cit.*, p. 217. Para Anne-Marie Duranton-Chabrol, a primeira geração da extrema direita após a Liberação “*se composait de très petits groupes, remplis d’amertume. Les vétérans du pétanisme; les néo-fascistes; des intégristes; les héritiers de l’Action française [...] Sur les marges, plus tonique, caracolait la jeune droite intellectuelle, dont les ‘hussards’ sont représentatifs.*” DURANTON-CHABROL, Anne-Marie. **L’Europe de l’Extrêmes droite: de 1945 à nos jours**. Paris: Complexe, 1991.
- 33 VON BEYME, Klaus, *op. cit.*, p. 10.

Carla Brandalise

- ³⁴ Conforme Pierre Lévêque, em “23 juillet 1953, à Saint-Céré (Lot), dans la boutique d’un marchand de chaussures, un groupe de commerçants et artisans du lieu dirigés par le papetier Pierre Poujade empêche un agent polyvalent de procéder à un contrôle fiscal. Six jours plus tard, le conseil municipal de la petite ville vote une motion de solidarité aux chefs des petites et moyennes entreprises victimes du fisc et réclame une réforme des impôts. Rapidement, à travers des expéditions visant à interdire dans la régions tout nouveau contrôle, le mouvement fait boule de neige.” LEVEQUE, Pierre. **Histoire des forces politiques en France: de 1940 à nos jours**, t. 3. Paris: Armand Colin, 1997, p. 441.
- ³⁵ RIOUX, J. P., *op.cit.*, p. 226.
- ³⁶ “La carrière politique de Jean-Marie Le Pen a commencé avec la guerre d’Algérie et le poujadisme. Élu sur la liste de l’UDCA, il est avant tout un nationaliste, anticommuniste, hostile à la décolonisation, ancien engagé de la guerre d’Indochine, farouche partisan d’une Algérie française pour la défense de laquelle il reprend l’uniforme peu de temps après avoir été élu député aux élections du 2 janvier 1956. Sa séparation assez rapide d’avec Poujade n’empêche pas qu’il a découvert le contact des foules, l’ivresse des réunions publiques, un certains goût du peuple.” WINOCK, Michel. Le Front National: portrait historique d’un parti d’extrême-droite, **L’Histoire**, n. 219, mar. 1998, Paris, p. 36.
- ³⁷ Sobre o conjunto do movimento, ver o texto clássico de Stanley HOFFMANN. **Le mouvement Poujade**. Paris: Armand Colin, 1956.
- ³⁸ MOREAU, Patrick, *op. cit.*, p. 69.
- ³⁹ POIDEVIN, R.; SCHIRMANN, S., *op. cit.*, p. 352: “... à l’extrême-droite, le Parti National-Démocrate (NPD) relève la tête... à l’extrême-gauche, un nouveau parti communiste, le DKP, n’a qu’une très faible audience. C’est surtout l’Opposition Extraparlementaire (ADP) qui s’affirme. Animée par la Fédération des étudiants socialistes, elle répand les idées du philosophe contestataire Herbert Marcuse.”
- ⁴⁰ MILZA, P. **Les Fascismes**, *op. cit.*, p. 478. Ou ainda, nas palavras de Duranton-Crabol: “En réalité, sa clientèle s’étendait au-delà du cercle des nostalgiques du nazisme, ou de ceux qui, réfugiés ou déplacés, se considéraient comme victime de la dénazification. A ces derniers qui formaient le groupe le plus âgé et politisé à la fois, s’adjoignaient les commerçants, artisans, petits paysans, affectés par la modernisation économique et par la récession des années 1965-1968.” DURANTON-CRABOL, *op. cit.*, p. 88.
- ⁴¹ Quando, segundo Milza (*Ibid.*, p. 478), “en 1966, o NPD obtient entre 7% et 8% des voix en Hesse et en Bavière. En 1967, 7% en Basse-Saxe et près de 9% à Breme; en 1968, il frôle la barre des 10% en Bade-Wurtemberg.”
- ⁴² Em sua perspectiva de integração ao sistema partidário e de compromisso com a Democracia Cristã, como demonstra Piero Ignazi (*Ibid.*, p. 34) o “MSI era arrivato ad elevare proteste al presidente della camera perché ‘i colleghi definiscono il MSI un partito neofascista’ e a invitare tassativamente tutti gli oratori della campagna elettorale ad astenersi dal rinvangare ricordi del ventennio.”
- ⁴³ CACIAGLI, M., *op. cit.*, p. 20.
- ⁴⁴ FERRARESI, Franco. **La destra radicale**. Milano: Feltrinelli, 1984; DURAND, J. D. **L’Europe de la démocratie chrétienne**. Bruxelles: Éditions Complexe, 1995.
- ⁴⁵ VON BAYME, Klaus, *op. cit.*, p. 11.
- ⁴⁶ ALTERMATT, Urs; KRIESI, Hans-Peter. **L’Extrême-droite en Suisse**. Fribourg: Éditions Universitaires de Fribourg, 1995.
- ⁴⁷ VAN DER BRINKE, Rink. **L’International de la Haine: l’extrême droite en Europa**. Bruxelles: Luc Pire, 1996.

- 48 BJORKLUND, Tor; ANDERSEN, Jorgen Goul. Anti-Immigration Parties in Denmark and Norway: the Progress Parties and Danish People's Party, In: SCHAIN, Martin; ZOLBERG, Aristide e HOSSAY, Patric (eds). **Shadows over Europe: The Development and Impact of the Extreme Right in Western Europe**. New York: Palgrave Macmillan, 2002.
- 49 VANHECKE, Franck citado por **Le Monde: Dossier**, 3/4/1997, p. 9.
- 50 LE PAIGE, Hugues (ed.). **Le désarroi démocratique: l'extrême droite en Belgique**. Bruxelles: Labor, 1995. Filip Dewinter, eleito pelo VB ao Parlamento belga em 1991, declara que a única solução aos problemas da Bélgica estaria na salvação da *identidade nacional*: “*Pour ce faire, il faut avoir recours à des mesures énergiques, c'est-à-dire régler en priorité la question des étrangers dans notre pays. Il est donc indispensable de stopper leur afflux en fermant hermétiquement nos frontières. Il est tout aussi indispensable de prévoir le retour de tous les immigrés sans exception dans leurs pays d'origine.*” Citado por LARSEN, Frédéric. En Belgique, l'extrême droite dans les coulisses du pouvoir. **Manière de Voir**, n. 20, nov. 1993, p. 80.
- 51 IVALDI, Gilles. **Droites populistes et extrêmes en Europe occidentale**. Paris: La documentation Française, 2004, p. 122.
- 52 LAPEYRONNIE, Didier. **L'individu et les minorités: la France et la Grande Bretagne face à leur immigrés**. Paris: PUF, 1993, p. 39.
- 53 GIBSON, Rachel Kay. **The Growth of Anti-Immigrant Parties in Western Europe**. New York: Edwin Mellen Press, 2002.
- 54 IVALDI, Gilles, *op. cit.*, p. 124-125.
- 55 HAIDER, Jörg citado por **Le Monde: Dossier**, 3/4/1997, p. 8.
- 56 IVALDI, Gilles, *op. cit.*, p. 120-121.
- 57 ROMANO, Sergio, *op.cit.*, p. 286.
- 58 WOODS, Dwayne. Les Ligues Régionales en Italie, **Revue française de science politique**, v. 42, n. 1, fev. 1992, Paris.
- 59 IGNAZI, Piero. From Neo-Fascists to Post-Fascists? The transformation of the MSI into the AN, **West European Politics**, v. 19, n. 4, out.1996, London, p. 693-714.
- 60 FINI, Gianfranco citado por **Le Monde: Dossier**, 3/4//1997, p. 9.
- 61 IVALDI, Gilles, *op. cit.*, p. 125.
- 62 SUR, Etienne. À propos de l'extrême droite en Allemagne: de la conception ethnique de la nation allemand, **Hérodote**, n. 68, 1993, p. 22: “*Les Républicains se présentent comme un parti de droite et non d'extrême-droite –tout en développant exactement les mêmes thèmes xénophobes.*”
- 63 VELPEN, Jos Vander. **Horizons noirs: l'extrême droite en Europe**. Bruxelles: Le Temps des Cerises, 1996; LINK, Jürgen. Les structures du symbolisme politique en Allemagne et l'avenir du corant néo-raciste, **L'Homme et la Société**, n. 103, 1992.
- 64 BAIER, Lothar. Pourquoi il n'y a pas de Le Pen allemand, **Le Nouvel Observateur**, 28/11-4/12/1996.
- 65 MARTIN, Pierre. Le Pen mis à nu, **Le Nouvel Observateur**, 7-13/11/1996, p. 60.
- 66 RÉMOND, René. Voyage dans l'Europe extrémiste, **Histoire**, n. 219, mar. 1998, Paris, p. 58.
- 67 Em 1990, a França possuía mais de 10 milhões de cidadãos, quase 1 francês em 5, com no mínimo um avô estrangeiro. Mesmo a esposa de Bruno Mégret, o nº 2 do FN, tinha um avô judeu-russo.
- 68 E, definitivamente, o FN não colabora para que a França aprenda, enfim, a conviver respeitosamente com a diferença, a julgar pelos atos do prefeito de Toulon, Jean-Marie Le Chevallier, membro do

Carla Brandalise

partido. Ele deseja que os jovens descendentes de árabes rejeitem sua dupla nacionalidade; mostra-se intolerante com a presença de mesquitas na cidade: “*Je ne peux pas me prononcer contre la majorité de la population, qui y est hostile*”. Acima de tudo, pensa ter descoberto a verdadeira arma da “integração”. Nas palavras de sua esposa: “*Si on arrivait à convertir les jeunes beurs à la religion chrétienne, ce serait une véritable preuve d’assimilation. Les chrétiens font de moins en moins d’enfants, pas les musulmans.*” (L’Express, n. 2436, 12-18/3/1998, p. 44.)

- ⁶⁹ JULLIARD, Jacques. Le Filon de Le Pen, **Le Nouvel Observateur**, 3-9/4/1997, p. 43.
- ⁷⁰ Pierre Bourdieu se refere, por exemplo, a manifestações como a realizada pelo então Primeiro-Ministro Edouard Balladur em **7 sur 7** na TF1 (18/4/1993): “*Je répète que nous avons un problème grave dans notre pays, je sais qu’on a fait grief du rapprochement entre l’immigration et la délinquance, on dit: ‘Les choses ne sont pas liées’. Je vais vous donner un seul chiffre: la drogue est un fléau dans notre pays qui va en s’aggravant, eh bien, la moitié des délits concernant la drogue sont commis par des étrangers.*” Ou ainda a declaração de Jacques Chirac em 19/6/1991: “*C’est peut-être vrai qu’il n’y a pas plus d’étrangers qu’avant la guerre, mais ce pas les mêmes et ça fait une différence. Il est certain que d’avoir des Espagnols, des Polonais et des Portugais travaillant chez nous, ça pose moins de problèmes que d’avoir des musulmans et des Noirs*”. Citado em **Manière de Voir**, n. 20, nov. 1993, p. 30-31.
- ⁷¹ BOURDIEU, Pierre. **Contre-feux**. Liber-Raisons d’Agir, 1998, p. 22.
- ⁷² PERRINEAU, Pascal. Le Front National. In : WINOCK, Michel, *op. cit.*, p. 243-304: “*Désenchantée, la France déprime: en novembre 1983, 62% des personnes interrogées par la SOFRES disent que ‘les choses ont tendance à aller plus mal’ – ils n’étaient que 40% deux ans plus tôt.*”
- ⁷³ “*Dans les pays scandinaves, l’interruption des flux migratoires en provenance de l’extérieur du ‘marché nordique du travail’ est générale: au Danemark, depuis novembre 1973; en Norvège, depuis juillet 1974; en Suède, toutes les demandes d’introduction non issues de cet espace géographique sont rejetées. Des mesures analogues prises en Belgique, aux Pays-Bas et en Autriche, montrent la décision (...) de suspendre provisoirement l’immigration de travailleurs étrangers.*” WIHTOL DE WENDEN, Catherine. **Les Immigrés et la politique**. Paris: Presses FNSP, 1988, p. 189.
- ⁷⁴ WEIL, Pierre. **La France et ses étrangers**. Paris: Gallimard, 1991; LAPEYRONNIE, Dider, *op. cit.*
- ⁷⁵ “*Nous ne pouvons partager l’héritage de la France avec n’importe qui, notre héritage est notre nationalité transmise par nos ancêtres.*” Sobre os discursos de Jean-Marie Le Pen, ver SCHLEGEL, Jean-Louis. Le Pen dans sa Presse, **Projet**, n. 191, jan.-fev., 1985, p. 33-46.
- ⁷⁶ LAPEYRONNIE, Didier, *op. cit.*
- ⁷⁷ WILPERT, Czarina. Ideological and Institutional Foundations of Racism in Federal Republic of Germany, In: WRENCH, J. e SOLOMOS, J. (eds). **Racism and Migration in Western Europe**. Berg-Oxford, 1993.
- ⁷⁸ “*La masse de personnes nécessiteuses hors de leur pays a augmenté de plus ou moins 5 millions au début des années 1970 à près de 20 millions aujourd’hui, plus une masse équivalente de personnes déplacées dans leur pays.*” ZOLBERG, Aristide. Chemins de la faim, chemins de la peur, **Actes de la recherches en Sciences Sociales**, n. 99, set. 1993, p. 42.
- ⁷⁹ SUR, Etienne, *op. cit.*, p. 26.
- ⁸⁰ WIHTOL DE WENDEN, C., *op. cit.*, p. 190.
- ⁸¹ COMMUNAUTÉ EUROPÉENNE. *Eurostat*. Bruxelles, jun. 1993.
- ⁸² TAGUIEFF, P. A. **La force du préjugé: essai sur le racisme et ses doubles**. Paris: La Découvert, 1988.

Sobre o assunto Taguieff publicou ainda : **La couleur et le sang, doctrines racistes à la françaises**. Paris: Mille et une nuits, 1998; **Le racisme**. Paris: Flammarion, 1997; e **Les Fins de l'antiracisme**, Paris: Michalon, 1995.

⁸³ LE PEN, Jean-Marie citado por Pierre-André Taguieff. Métaphysique de J. M. Le Pen, In: MAYER, N.; PERRINEAU, P. (eds.), *op. cit.*, p. 181.

⁸⁴ Sintomática a declaração nada sutil do prefeito FN da cidade de Toulon, Jean-Marie Le Chevalier, quanto aos casamentos mistos: “*Je n’ai rien contre, quoique je ne sois pas sûr qu’une femme blanche qui épouse un jeune d’origine étrangère ne cherche pas les difficultés.*” **L’Express**, n. 2436, 12-18// 1998, p. 44.

Bibliografia

ALTERMATT, Urs; KRIESI, Hans-Peter. **L’extrême-droite en Suisse**. Fribourg: Éditions Universitaires de Fribourg, 1995.

BAIER, Lothar. Pourquoi il n’y a pas de Le Pen allemand, **Le Nouvel Observateur**, 28/1-4/12/1996.

BARBAGALLO, Francesco (ed). **Storia dell’Italia Repubblicana**, v. 10. Torino: Einaudi, 1994

BJORKLUND, Tor; ANDERSEN, Jorgen Goul. Anti-Immigration Parties in Denmark and Norway: the Progress Parties and Danish People’s Party, In: SCHAIN, Martin; ZOLBERG, Aristide; HOSSAY, Patric (eds). **Shadows over Europe: The Development and Impact of the Extreme Right in Western Europe**. New York: Palgrave Macmillan, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Contre-feux**. Liber-Raisons d’Agir, 1998.

BURGELIN, Henri. **La société allemande, 1871-1968**. Paris: Arthaud, 1969.

BYEME, Klaus von. Right-Wing Extremism in Post-War Europe, **West European Politics**, v. 11, n. 2, London, Apr. 1988.

CAMUS, Jean-Yves. **Le Front National**. Paris: Essencial, 1998.

COMMUNAUTÉ EUROPÉENNE. *Eurostat*. Bruxelles, jun. 1993.

D’APPOLLONIA, Ariane Chebel. **L’extrême-droite en France: de Maurras à Le Pen**. Paris: Complexe, 1996.

DOSSIER THÉMATIQUE DE PRESSE: L’EXTRÊME-DROITE EN EUROPE. Paris: Public INFO-Bibliothèque Publique d’Information, Centre Georges Pompidou.

DREYFUS, François-George. **L’Allemagne contemporaine, 1815-1990**. Paris: PUF, 1991.

DURAND, J. D. **L’Europe de la démocratie chrétienne**. Bruxelles: Éditions Complexe, 1995.

DURANTON-CHABROL, Anne-Marie. **L’Europe de l’extrêmes droite: de 1945 à nos jours**. Paris: Complexe, 1991.

EATWELL, Roger. Neo-fascism in Germany, In: **Fascism: a History**. London: Chatto & Windus, 1995.

EVANS, Jocelyn. A. ; IVALDI, Gilles. Quand la crise du consensus profite à l’extrême-droite. **Le Figaro**, Paris, 18-19/5/2002.

Carla Brandalise

- _____. Les dynamiques électorales de l'extrême-droite européenne, **Revue politique et parlementaire**, n. 1019, juil.-août 2002, Lyon, p. 67-83
- FERRARESI, Franco. **La destra radicale**. Milano: Feltrinelli, 1984
- GAMBINO, Antonio. **Storia del Dopoguerra: dalla Liberazione al Potere DE**. Roma/Bari: Laterza, 1988.
- GIBSON, Rachel Kay. **The Growth of Anti-Immigrant Parties in Western Europe**. New York: Edwin Mellen Press, 2002.
- HAUSS, Charles; RAVSIDE, David. The Development of New Political Parties, In: MAISEL, Louis; COOPER, Joseph (org). **Political Parties: Development and Decay**. Beverly Hills: Sage, 1978.
- IGNAZI, Piero. **Postfascisti? Dal Movimento Sociale Italiano ad Alleanza Nazionale**. Bolonha: Mulino, 1994.
- _____. From Neo-Fascists to Post-Fascists? The transformation of the MSI into the AN, **West European Politics**, v. 19, n. 4, out. 1996, London, p. 693-714.
- IVALDI, Gilles. **Droites populistes et extrêmes en Europe occidentale**. Paris: La documentation Française, 2004.
- JULLIARD, Jacques. Le Filon de Le Pen, **Le Nouvel Observateur**, 3-9/4/1997.
- LAPEYRONNIE, Didier. **L'individu et les minorités: la France et la Grande Bretagne face à leur immigrés**. Paris: PUF, 1993.
- LARSEN, Frédéric. En Belgique, l'extrême droite dans les coulisses du pouvoir. **Manière de Voir**, n. 20, nov. 1993.
- LE PAIGE, Hugues (ed.). **Le désarroi démocratique: l'extrême droite en Belgique**. Bruxelles: Labor, 1995.
- LE PEN, Jean-Marie. **Les français d'abord**. Carrère: Lafont, 1984.
- _____. Pour une vrai revolution française, **National-Hebdo**, n. 62, 29 sept. 1985.
- _____. **Le Nouvel Observateur**, 12-18/3/1999, p. 84.
- LEVEQUE, Pierre. **Histoire des forces politiques en France: de 1940 à nos jours**, t. 3. Paris: Armand Colin, 1997.
- L'Express**, n. 2436, 12-18/3/1998, p. 44.
- L'Express en ligne: dossier présidentiel 2002**.
- LIJPHART, Arendt. Typologies of Democratic Systems, **Comparative Political Studies**, v. 1, n. 1, Apr. 1968, Washington, p. 3-44.
- _____. Changement et continuité dans la théorie consociative, **Revue internationale de politique comparée**, v. 4, n. 3, Louvain-la-Neuve, p. 679-697.
- LINK, Jürgen. Les structures du symbolisme politique en Allemagne et l'avenir du corant néo-raciste, **L'Homme et la Société**, n. 103, 1992.
- Manière de Voir**, n. 20, nov. 1993, p. 30-31.
- MARTIN, Pierre. Le Pen mis à nu, **Le Nouvel Observateur**, 7-13/11/1996.
- MILZA, Pierre. **Les fascismes**. Paris: Seuil, 1991.

- _____. Le Front national: droite extrême...ou national-populisme?, In: SIRINELLI, Jean-François (ed.). **Histoires des droites en France**, v. 1. Paris: Gallimard, 1992.
- MOREAU, Patrick. **Les héritiers du III Reich: l'extrême droite allemande de 1945 à nos jours**. Paris: Seuil, Paris, 1994.
- PERRINEAU, Pascal. Le Front National. In: WINOCK, Michel, *op. cit.*, p. 243-304.
- PETITFILS, Jean-Christian. **L'extrême-droite en France**. 3. ed. Paris: PUF, 1995.
- POIDEVIN, Raymond ; SCHIRMANN, Sylvain. **Histoire de l'Allemagne**. Paris: Hatier, 1992.
- RÉMOND, René. Voyage dans l'Europe extrémiste, **Histoire**, n. 219, mar. 1998, Paris.
- ROMANO, Sergio. **Histoire de l'Italie du Risorgimento à nos jours**. Paris: Seuil, 1977.
- ROUSSO, Henry. **La syndrome de Vichy de 1944 à nos jours**. Paris: Seuil, 1987.
- SCHLEGEL, Jean-Louis. Le Pen dans sa Presse, **Projet**, n. 191, jan.-fev., 1985, p. 33-46.
- SLAMA, Alain-Gérard, **Le Point**, 28/5/1984, p. 15.
- SUR, Etienne. À propos de l'extrême droite en Allemagne: de la conception ethnique de la nation allemand, **Hérodote**, n. 68, 1993.
- TAGUIEFF, Pierre-André. **La force du préjugé: essai sur le racisme et ses doppelers**. Paris: La Découverte, 1988.
- _____. Métaphysique de J. M. Le Pen, In: MAYER, Nonna; PERRINEAU, Pascal (eds.). **Le Front National à découvert**. Paris: Presses de Sciences Po, 1996.
- _____. **Sur la nouvelle droite: jalons d'une analyse critique**. Paris: Descartes et Cie, 1994.
- VAN DER BRINKE, Rink. **L'International de la Haine: l'extrême droite en Europa**. Bruxelles: Luc Pire, 1996.
- VELPEN, Jos Vander. **Horizons noirs: l'extrême droite en Europe**. Bruxelles: Le Temps des Cerises, 1996
- VON BEYME, Klaus. The concept of political class: a new dimension of recherche on elites?, **West European Politics**, v. 19, n. 1, jan. 1996, London, p. 68-87.
- WEIL, Pierre. **La France et ses étrangers**. Paris: Gallimard, 1991.
- WIHTOL DE WENDEN, Catherine. **Les Immigrés et la politique**. Paris: Presses FNSP, 1988.
- WILPERT, Czarina. Ideological and Institutional Foundations of Racism in Federal Republic of Germany, In: WRENCH, J. e SOLOMOS, J. (eds). **Racism and Migration in Western Europe**. Berg-Oxford, 1993.
- WINOCK, Michel. **Histoire de l'extrême-droite en France**. Paris: Seuil, 1994.
- _____. Le Front National: portrait historique d'un parti d'extrême-droite, **L'Histoire**, n. 219, mar. 1998, Paris.
- WOODS, Dwayne. Les Ligues Régionales en Italie, **Revue française de science politique**, v. 42, n. 1, fev. 1992, Paris.
- ZOLBERG, Aristide. Chemins de la faim, chemins de la peur, **Actes de la recherches en Sciences Sociales**, n. 99, set. 1993, p. 42.